Revista de

Sistematização

"Projeto territorial de geração de ocupação e renda para jovens agricultores familiares na Bahia"

FASE
Solidariedade
e Educação

A FASE é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter educacional, beneficente e de assistência social, fundada em 1961. Sua missão é contribuir para construção de uma sociedade democrática, por meio de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, sustentabilidade do meio ambiente, e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

Estratégia:

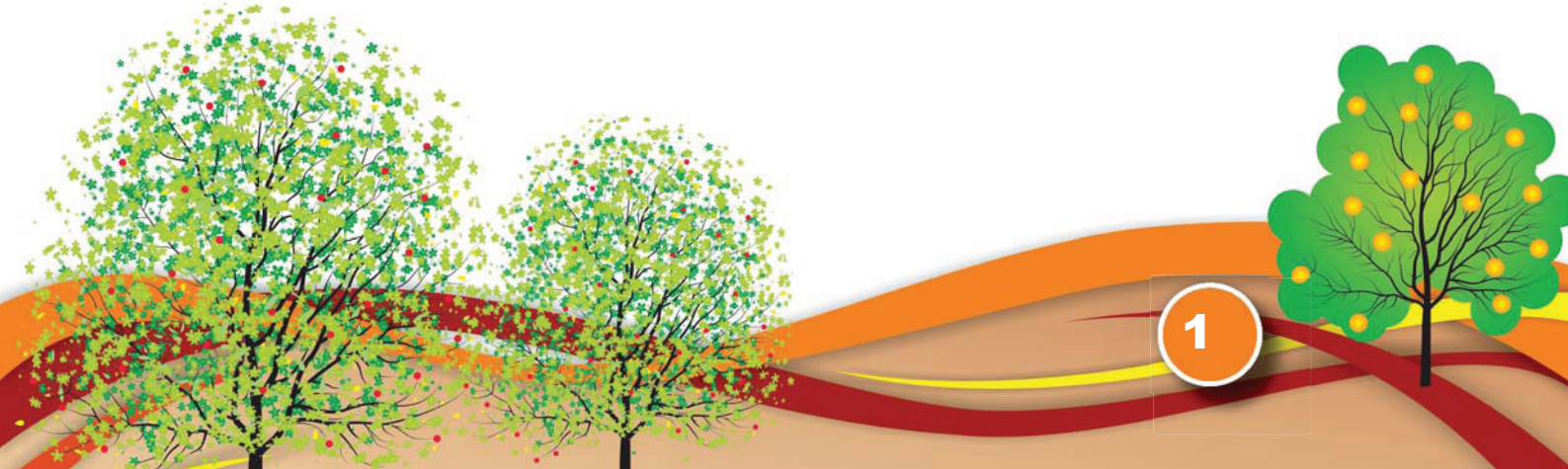
Como estratégia para o cumprimento dessa missão, a FASE se organiza em dois programas nacionais (Programa Direito à segurança alimentar, agroecologia e economia solidária; e Programa Direito à cidade: cidades justas, democráticas e solidárias); no Núcleo Nacional Justiça Ambiental e Direitos; e em seis programas regionais que atuam no Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Os seis escritórios regionais desenvolvem ações próprias de acordo com a realidade local, no entanto, articulam-se entre si e com os programas nacionais a partir de temas comuns e, por meio de redes, grupos de trabalhos, e fóruns temáticos.

A FASE acredita que os conflitos sócio-ambientais, inerentes à disputa entre o agronegócio e o modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar e camponesa, irá necessariamente interagir com a crise das cidades, que se manifesta pelo crescimento efetivo da violência. Diante desse cenário, acreditamos poder contribuir na disputa dos projetos de desenvolvimento a partir de alguns temas chaves: desenvolvimento urbano; política internacional e de integração regional; produção agroecológica; questão amazônica e ambiental; dinâmica democrática e participação sócio-política; fortalecimento da resistência, da capacidade propositiva e da cidadania através de fóruns e redes; e sistema nacional de diretos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca).

Objetivos

Avançar na construção de um campo político crítico ao projeto desenvolvimentista dominante, de modo a contribuir na disputa coletiva por um Brasil fundado na democracia substantiva e na sustentabilidade sócio-ambiental. Tudo isso deve ser feito por meio da mobilização pela garantia e fortalecimento dos direitos humanos, e da proposição de alternativas de desenvolvimento, de políticas públicas e de práticas de controle e participação social.

FASE Bahia
Rua General Labatut, 78 – Barris – 40070-100 – Salvador – Bahia
Telefone: (71) 3328-1083 www.fase.org.br – Correio eletrônico: faseba@gmail.com



Expediente

Esta publicação é parte do "Projeto territorial de geração de ocupação e renda para jovens agricultores familiares na Bahia" - Contrato de Patrocínio n.º 6000.0063202.10.2 Petrobras Programa Desenvolvimento & Cidadania / FASE Bahia; executado entre dezembro de 2010 e dezembro de 2012.
Sua elaboração e conteúdo são de inteira responsabilidade da FASE Bahia.

Coordenação da FASE Bahia:

José Orlando Caldas Falcão; Paulo Roberto Demeter (educadores populares)
Coordenação Administrativa: Joelma Araújo da Cunha
Coordenador Técnico Geral: Fernando Ferreira Oiticica
Equipe Técnica Estadual: Nadilton Almeida de Andrade; Rosélia Batista de Melo; Veronice Santos Sousa.

Entidades parceiras da FASE Bahia que contribuíram para a execução desta experiência

- Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Presidente Tancredo Neves
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laje
- Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Mutuípe
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel das Matas
- Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Jiquiriçá
- Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ubaíra
- Pólo Sindical dos Trabalhadores da Região de Amargosa
- Colegiado Territorial do Vale do Jiquiriçá
- Colegiado Territorial do Baixo Sul
- FETRAF Bahia
- Central de Associações de Valença

Sumário

Apresentação 5

Descrevendo o processo..... 6

A seleção dos jovens..... 16

O percurso formativo 17

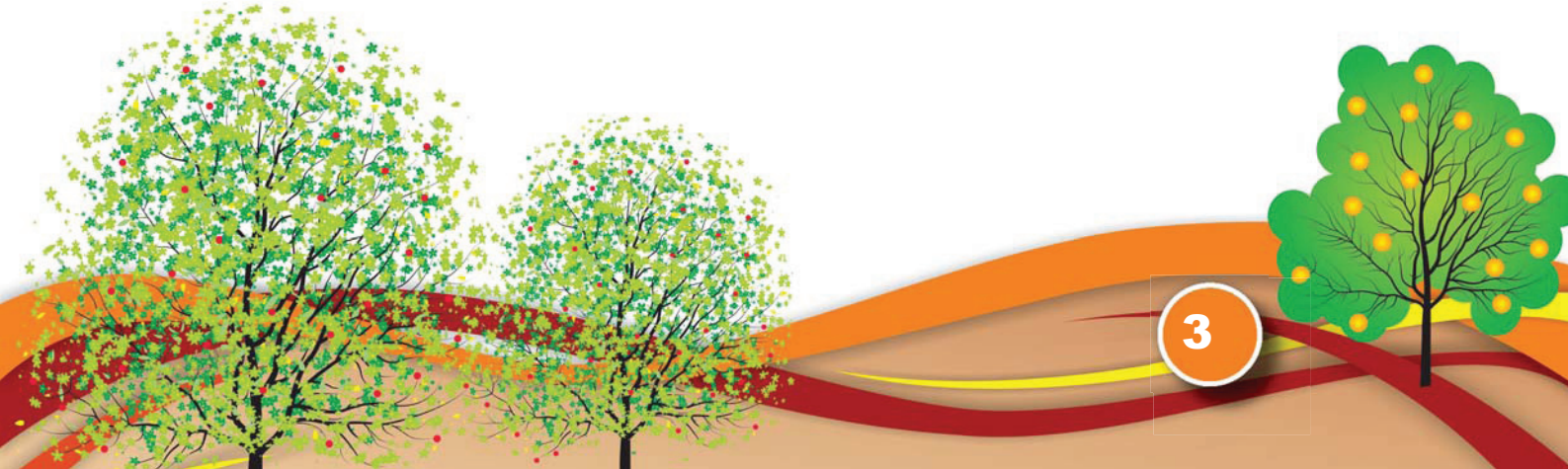
A gestão feita pela FASE Bahia..... 24

Construindo alternativas de geração de renda 28

Multiplicando com outras famílias 35

Considerações finais 37

Relação dos núcleos produtivos implantados..... 54



Uma jovem que lutou com, e pela juventude!

Eliane de Sousa Oliveira nasceu em 09/07/1979 em Riachão do Meio, hoje situada no município de Presidente Tancredo Neves. Faleceu tragicamente no dia 18/08/2011, em consequência de um acidente de trânsito, quando realizava trabalhos sindicais na zona rural do municipio.

Viveu sua infância no Riachão do Meio. Em 1993, impulsionada pelo crescente êxodo rural na região, foi morar em São Paulo. Em 1995, ainda jovem, retornou para suas origens, e passou a atuar no Grupo de Jovens da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora.

Em 15/07/1997, é uma das fundadoras a Associação dos Pequenos Agricultores do Riachão do Meio (APARME).

Eliane foi se destacando, ampliou sua militância nos movimentos populares, e em 1998 filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Tancredo Neves, assumindo a Presidência por três mandatos consecutivos. Filiou-se ao PT - Partido dos Trabalhadores, em 1999, e desenvolveu intensa atividade política na região.

Em 1999 participava do Grupo Jovem Raiz, e Jovem Empresário, apoiado pelo IDES. Em 2000, deu mais um passo em sua atuação cidadã, passando a integrar a direção da COOPATAN – Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves. Em 2003, passou a integrar o colegiado do Território do Baixo Sul. Em 2004, candidatou-se a vereadora no município, pelo Partido dos Trabalhadores.

Eliane participando de Assembléia do SINTRAF de Presidente Tancredo Neves

Contribuiu para a organização e fundação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Bahia - FETRAF- BA., participando de sucessivas diretorias. Contribuiu também para a fundação da FETRAF Nacional, onde atuava como Coordenadora Nacional de Juventude, lutando pela conquista de políticas públicas para juventude rural, e para a agricultura familiar. Assumiu responsabilidades no Coletivo de Juventude da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e era presença constante nas reuniões e ações do Pólo Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Região de Amargosa.

Eliane teve papel relevante nos trabalhos da COOPERHAF, pois defendia o direito de moradia para agricultores familiares.

A FASE Bahia e todas as entidades sindicais e associativas que trabalharam em parceria na construção e execução deste projeto prestam aqui nossas mais sinceras homenagens a esta dirigente sindical que tanto contribuiu para uma sociedade mais justa e fraterna.

Eliane esclarecendo agricultores familiares em reunião sindical

Apresentação

A FASE Bahia publica esta revista de sistematização da experiência para registrar o processo construído ao longo dos 24 meses de caminhada, e para expor os principais resultados alcançados, em termos de geração de renda para os jovens; de construção de novos conhecimentos em agroecologia e políticas públicas; e de multiplicação com outras famílias agricultoras da comunidade.

A sistematização da experiência e sua devolução aos próprios jovens, comunidades, entidades associativas e sindicais envolvidas em sua concepção e execução, busca também estimular a continuidade deste processo. Casos concretos de elevação e diversificação da produção; adoção de novas técnicas e procedimentos; e de acesso a renda aqui registrados, certamente vão despertar o interesse de outros jovens agricultores na consolidação de seus Núcleos Produtivos.

Grupos ou comunidades que conseguiram ampliar a qualidade da gestão de suas propriedades, e fortalecer sua organização, e que passaram a acessar políticas públicas e programas governamentais de comercialização da produção, vão ter sua trajetória disponível para conhecimento por outras comunidades de agricultores familiares.

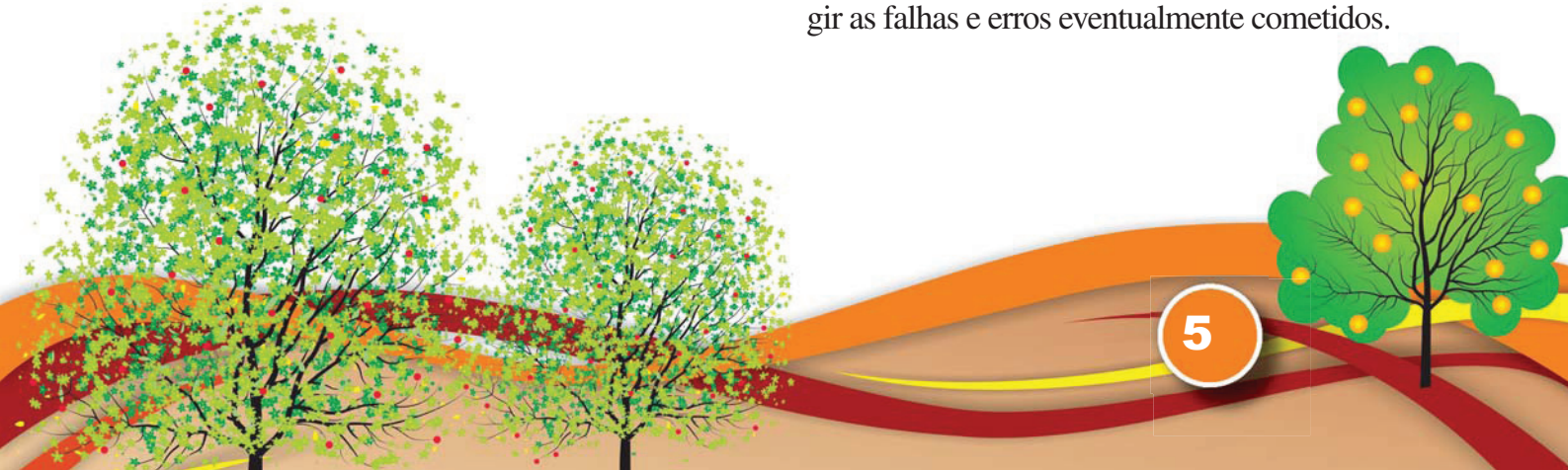
A Revista se coloca como uma ferramenta que facilita a socialização e multiplicação de conhecimentos que, em seu conjunto, contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar enquanto sujeito de direitos. Esta experiência educativa da FASE e de seus parceiros no movimento sindical e associativo identificados com a FETRAF Bahia, está comprometida com a formulação e experimentação prática de alternativas de desenvolvimento que se contrapõem ao agronegócio e suas monoculturas.

Ninguém faz nada sozinho. As atividades descritas nesta Revista são fruto de esforços coletivos dos próprios jovens; de educadores populares, técnicos e pessoal administrativo da FASE. O patrocínio do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania foi essencial para viabilizar as ações aqui descritas e sistematizadas.

A FASE Bahia registra seus mais calorosos agradecimentos às 720 famílias de agricultores de 23 comunidades, espalhadas pelos 7 municípios onde atuamos através deste programa. Reconhecemos a enorme importância da parceria que vem sendo construída com a FETRAF Bahia, e com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF's); associações; e o Pólo Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Região de Amargosa. Sem a atuação e contribuição dessas entidades e de suas lideranças e ativistas de base, a FASE Bahia jamais seria capaz de executar este Programa.

Enfatizamos ainda nossos agradecimentos à Direção Executiva Nacional da FASE, pela confiança e apoio institucional, e ao pessoal administrativo da FASE Nacional pelo suporte e trabalho efetivo na contabilidade e controle financeiro da execução deste contrato.

Convidamos você a fazer uma leitura atenta deste material, inclusive para apresentar suas críticas e sugestões para que as ações aqui descritas possam melhorar ainda mais, e para corrigir as falhas e erros eventualmente cometidos.



Desenvolvimento & Cidadania

Um ponto de partida que busca dar continuidade

Uma ONG como a FASE que se define como de Educação Popular, firmemente comprometida com a radicalização da democracia, e identificada com a busca por alternativas de desenvolvimento economicamente viáveis, socialmente justas, e ambientalmente sustentáveis, não poderia ignorar as oportunidades abertas pelo Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania.

A FASE Bahia vinha trabalhando com, e para agricultores familiares, desde 1998, de maneira crescente, e já se tinha decidido institucionalmente pela concentração geográfica de suas atividades em municípios situados nos territórios do Baixo Sul, e do Vale do Jiquiriçá. Trata-se de uma região da Bahia inserida no bioma da Mata Atlântica, essencialmente rural, e com forte expressão demográfica de famílias agricultoras.

A história da intervenção educativa da FASE nesta região[1] é inseparável da trajetória construída pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais que desde 2002 assumem, ampliam, e fortalecem sua identificação política de agricultores familiares, articulados estadual e nacionalmente na FETRAF.

Comemoração do 1º de Maio
Mutuípe - 2010 - Realização do Pólo Sindical.

Nestes seus anos de trabalho regular com agricultores familiares da região, a FASE acumulava razoável experiência concreta que lhe permitia elaborar um diagnóstico acurado da problemática vigente. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006, existiam 22.750 estabelecimentos agropecuários nestes 7 municípios, sendo que a SEAGRI SUAF classificava 89,80% deles como sendo da Agricultura Familiar. Apesar de numericamente bastante expressivo, este contingente de agricultores enfrentava e ainda se depara com obstáculos consideráveis, em termos de acesso a políticas públicas capazes de tornar realidade direitos já previstos na legislação, como saúde, educação, saneamento, e moradia.

A própria condição de agricultores familiares, enquanto sujeito de direitos, é cerceada pelo poder público e pela estrutura de posse e distribuição de terras. Esses dois fatores têm forte incidência no bloqueio ao acesso à renda, por parte das famílias agricultoras. Citam-se como exemplos, o fato de que das 20.431 propriedades classificadas como familiares, apenas 41,64% tinham conseguido obter sua DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, em 2012. Os percentuais de acesso dos agricultores familiares ao PAA, também eram muito baixos em 2011, alcançando cifras entre 0,93% no Baixo Sul; e 1,34% no Vale do Jiquiriçá.

[1] O trabalho anterior da FASE Bahia na região, pode ser visualizado, em parte, através do conteúdo de nossa página na Internet que fica em **http://www.fase.org.br/v2/subindex.php?id=3**

Mulheres na roça de feijão - zona rural de Presidente Tancredo Neves em 2010

As famílias agricultoras do Baixo Sul; e do Vale do Jiquiriçá; possuem pouca terra, e suas propriedades localizam-se em áreas de relevo acidentado. A média aritmética da área dos estabelecimentos agropecuários nestes 7 municípios é de 11,97 ha., enquanto que o INCRA define o valor mínimo da área de apenas um módulo fiscal em 20 ha., para o Baixo Sul; e 35 ha., para o Vale do Jiquiriçá. Como a legislação brasileira define que quem possui áreas de terra com dimensão entre 1 e 4 módulos fiscais são classificados como agricultores familiares, os dados relevam a extensão e abrangência da situação de minifundiarização vigente no Baixo Sul, e no Vale do Jiquiriçá.

Por isto, a FASE sempre se colocou explícitamente a favor de processos amplos e massivos de reforma agrária na região, apoiando também reivindicações de regularização fundiária que pudessem trazer algum tipo de alívio para famílias impossibilitadas de ampliar sua produção, e consequentemente, sua renda, devido à insuficiência de terra.

Os níveis de renda alcançados pela população em geral são bastante precários, e é muito grande o contingente de pessoas beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda, tipo Bolsa Família. A população que vive e trabalha na zona rural possui os piores indicadores. Considerando-se o total da população destes 7 municípios, verifica-se que 48,24% dos domicílios recenseados pelo IBGE em 2010, tinham renda mensal inferior ao valor de um salário mínimo. Em abril de 2010, registrava-se que 26.147 famílias tinham renda per capita mensal inferior a R$ 137,00 e recebiam o Bolsa Família nestes 7 municípios, o que abrangia grande número de famílias da zona rural.

Pouca terra e muita declividade

Mesmo dispondo de pouca área para trabalhar, essas famílias agricultoras conseguem manter uma certa biodiversidade, com plantios consorciados de diferentes espécies, apesar da predominância das culturas de cacau, da banana, e da mandioca, cuja comercialização é a sua principal fonte de renda monetária.

Relação comparativa entre estabelecimentos da AF e nº de DAPs, verificando-se existência de mais de metade dos estabelecimentos classificados como sendo da agricultra familiar, sem acesso à DAP, em 2012

Município	Nº Estabalecimentos da Agricultura Familiar	DAPs		Cobertura
		Ativas	Desativadas	
Presidente Tancredo Neves	2.855	1.310	27	45,88%
Valença	5.497	3.192	99	58,07%
Laje	2.688	1.684	11	62,65%
Jiquiriçá	2.436	466	4	19,13%
Mutuípe	3.125	744	9	23,81%
São Miguel das Matas	1.090	700	2	64,22%
Ubaíra	2.740	409	41	14,93%
Totais	20.431	8.505	193	41,62%

Fonte: SEAGRI SUAF 2012. Elaboração: FASE Bahia.

Indicadores demográficos e de acesso à renda

Município	Superfície Territorial (km²)	População Total[1]	Urbana	Rural	Nº total de domicílios[2]	Nº de domicílios com renda inferior a 1 SM mensal 2010	Nº de Famílias Cadastradas[3]	Nº de Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família[4]
Presidente Tancredo Neves	413,91	23.857	9.576	14.281	6.509	3.380	4.388	3.541
Valença	1.190,38	88.729	64.401	24.328	26.343	11.544	12.691	10.446
Laje	498,09	22.206	6.082	16.124	6.355	3.303	3.183	2.767
Jiquiriçá	236,26	14.087	5.581	8.506	3.985	2.090	2.799	2.073
Mutuípe	273,32	21.466	9.669	11.797	6.491	3.335	3.368	3.124
São Miguel das Matas	207,45	10.414	3.360	7.054	3.098	1.639	1.354	1.197
Ubaíra	762,40	19.759	8.258	11.501	5.897	3.020	4.033	2.999
Totais	3.581,81	200.518	106.927	93.591	58.678	28.311	31.816	26.147

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração FASE Bahia.

[1]Anuário Estatístico da Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia v. 1 (1972-) – Salvador, SEI 2011, v. 24.

[2]Censo Demográfico de 2010 – IBGE - http://www.ibge.gov.br/cidadesat

[3]Trata-se do número de famílias cadastradas conforme critérios do "Cadastro Único da União - CadÚnico", ou seja, famílias com renda per capita mensal de até R$ 232,50 (meio salário mínimo de 2008 – R$ 465,00), em março de 2010. In.: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

[4]Estatística dos municípios baianos. Salvador: SEI, 2010. v. 14 – Baixo Sul; e v. 17 – Vale do Jequiriçá. v. 2 – Litoral Sul. Trata-se das famílias com renda per capita mensal de até R$ 137,00 (correspondente ao perfil do Cadastro do Programa Bolsa Família) e que eram beneficiadas em abril de 2010.

Indicadores Sócio-econômicos e fundiários dos 7 municípios

Município	Nº de estabelecimentos rurais 2006	Nº e área total de estabelecimentos rurais de mulheres	Área total ocupada pelos estabelecimentos rurais – em ha.	Média aritmética do tamanho dos estabelecimentos rurais	Média aritmética dos estabelecimentos rurais de mulheres	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários Homens - Mulheres
Presidente Tancredo Neves	3.498	724 / 3.033 ha.	35.767	10,22 ha.	4,19 ha.	7.015 – 3.748
Valença	6.057	1.311 / 7.569 ha.	66.301	10,94 ha.	5,77 ha.	10.515 – 6.019
Laje	2.938	751 / 11.662 ha.	40.571	13,80 ha.	15,52 ha.	5.741 – 3.729
Jiquiriçá	2.601	649 / 2.942 ha.	18.608	7,15 ha.	4,53 ha.	4.446 – 1.843
Mutuípe	3.410	894 / 2.945 ha.	21.591	6,33 ha.	3,29 ha.	5.929 – 3.471
São Miguel das Matas	1.195	260 / 1.251 ha.	17.147	14,34 ha.	4,81 ha.	2.219 – 1.231
Ubaíra	3.051	473 / 4.014 ha.	72.362	23,71 ha.	8,48 ha.	5.551 – 2.584
Totais	22.750	5.062 / 33.416 ha.	272.347	11,97 ha.	6,60 ha.	41.416 – 22.625

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Censo Agropecuário 2006. Elaboração: FASE Bahia.

Em algumas comunidades registram-se cultivos de cravo; ou guaraná. Quase todas as famílias criam aves em pequenas quantidades e não é raro encontrar criatórios de suínos. Estes animais são preferencialmente destinados à alimentação das famílias, e eventualmente são comercializados na própria comunidade ou em mercados locais.

Os recursos naturais acusam graus variados de degradação ambiental, principalmente em função do desmatamento, mas também por causa da pressão demográfica que empurra agricultores para terrenos de elevada declividade que não deveriam estar sendo utilizados. Nascentes e cursos de água estão comprometidos por pastos e plantios excessivamente próximos, além da contaminados por agrotóxicos utilizados pelos grandes proprietários monocultores que coexistem nas áreas de agricultura familiar. Parte da degradação ambiental pode ser atribuída ainda, à utilização de práticas agrícolas inadequadas.

Com a falta de terras, agricultores são forçados a utilizar encostas

Inseparável da caracterização deste contexto, é a situação peculiar dos jovens agricultores familiares. A FASE partiu do pressuposto de que a exclusão ou precariedade na inserção de jovens no mercado de trabalho em geral, e de jovens agricultores

familiares em particular, é uma das manifestações mais flagrantes da desigualdade de oportunidades e de acesso a direitos prevalecente na sociedade brasileira.

No que se refere aos jovens agricultores familiares, embora compartilhem de toda a problemática que caracteriza o setor (minifundiarização e dificuldades de acesso à terra; entraves logísticos e legais à comercialização de sua produção; masculinização e envelhecimento da população rural; endividamento bancário; insuficiência, má qualidade ou ausência de políticas públicas específicas; ameaças causadas pelo avanço do agronegócio e suas monoculturas; contaminação crescente pelo uso indiscriminado de agrotóxicos; dependência de insumos e pacotes tecnológicos externos à propriedade e que causam degradação ambiental), é inegável que enfrentam desafios bem maiores para se reproduzirem socialmente, conquistarem autonomia econômica, inclusão social, e expressão política.

Jovens aprendendo a fazer compostagem

As juventudes rurais têm participação expressiva em fenômenos como migração campo-cidade; e perda da identidade. E as jovens mulheres tem sido a maioria no contingente dos que migram para as cidades, em busca de trabalho e renda. Portanto, a FASE e entidades parceiras tinham já assimilada a premência de ampliar sua intervenção com e para jovens. Reconhecia-se como de fundamental importância propor e implementar ações concretas que estimulassem e viabilizassem a permanência inteligente do jovem agricultor familiar no campo, dando especial atenção para as mulheres jovens.

Ampliando o compromisso pela inclusão de jovens

Assessoria técnica da FASE aos jovens de Alto Alegre em Presidente Tancredo Neves

Assim que se teve acesso às informações do Edital lançado pela Petrobras em 2010, a FASE Bahia mobilizou parcela sig-

nificativa de seus recursos humanos para elaborar uma proposta capaz de merecer aprovação na seleção pública. Os termos de referência, prioridades temáticas, e disponibilidades orçamentárias previstas no Edital, se coadunavam perfeitamente com os objetivos institucionais da FASE. Executar este projeto foi mais um passo da FASE, para dar prosseguimento e consolidar sua intervenção educativa na Bahia, tendo como foco o fortalecimento da Agricultura Familiar enquanto ator político, sujeito de direitos, e parte interessada na disputa por alternativas de desenvolvimento que se contrapõem ao agronegócio e suas monoculturas degradantes.

Experiências anteriores da FASE já tinham trabalhado temas como a inclusão social, política e econômica de jovens agricultores familiares. O diagnóstico feito pela FASE e seus parceiros do movimento sindical, sempre em permanente atualização, identificava o gravíssimo problema da expulsão de jovens do campo por falta de oportunidades de acesso à renda. O desafio de melhorar as condições de vida de jovens no campo, de maneira a viabilizar a sucessão na agricultura familiar, já vinha sendo assumido pela FASE e foi potencializado pelas oportunidades abertas pelo Edital.

Se percebia ainda que devido à impossibilidade de ampliação da produção familiar pela incorporação de novas áreas, haja visto o caráter de minifúndio da grande maioria das propriedades, impunha-se a busca por alternativas de produção intensivas em trabalho, pouco exigentes em termos de superfície, e que fossem capazes de promover utilização intensa, porém sustentável, de recursos naturais existentes na propriedade.

Jovens aprendendo a fazer enxertia em plantas de cacau

A FASE é uma entidade de Educação Popular & Desenvolvimento, vinculada ao campo agroecológico, cujas atividades também estão comprometidas com a produção e socialização de conhecimentos que facilitem a transição de agricultores para novas práticas e métodos. Por isso, o projeto foi concebido e elaborado tendo a agroecologia como matriz tecnológica a ser facilitada, tanto nas etapas de construção de conhecimentos, como nas de assessoria técnica a serem feitas junto aos jovens agricultores e suas famílias. Os Núcleos Produtivos, local por excelência de aprendizado e de experimentação prática, mas onde os jovens agricultores familiares deveriam ter condições concretas de gerar renda através de seu trabalho, foram concebidos na perspectiva de adoção crescente de práticas e princípios agroecológicos.

O diagnóstico da situação da agricultura familiar nestes 7 municípios do Baixo Sul, e do

Vale do Jiquiriçá, também identificava entraves sérios relacionados à comercialização, e agregação de valor à produção. As dificuldades vão desde dependência acentuada em relação a venda de um ou dois produtos, como o cacau e a banana, em mercados totalmente dominados por agentes econômicos fora do controle das famílias produtoras; passando pela perda de parte considerável da produção de frutas, pela impossibilidade de sua agroindustrialização ou beneficiamento, feitos pelos agricultores em suas comunidades.

Jovens em casa de farinha

Percebia-se, ainda, que o número de agricultores e de organizações associativas que conseguiam acessar alternativas institucionais de comercialização era e, infelizmente, ainda é, muito baixo, quando comparado com o potencial demográfico e produtivo da agricultura familiar na região. A demanda por produtos alimentícios pela população regional, tanto urbana, como rural, é significativa e deve ser encarada como oportunidade por parte dos agricultores. Abastecer estes mercados locais e regionais, evita dependência de esquemas de comercialização dominados por grandes empresas monopolistas, e reforça características que favorecem a sustentabilidade dos sistemas de produção.

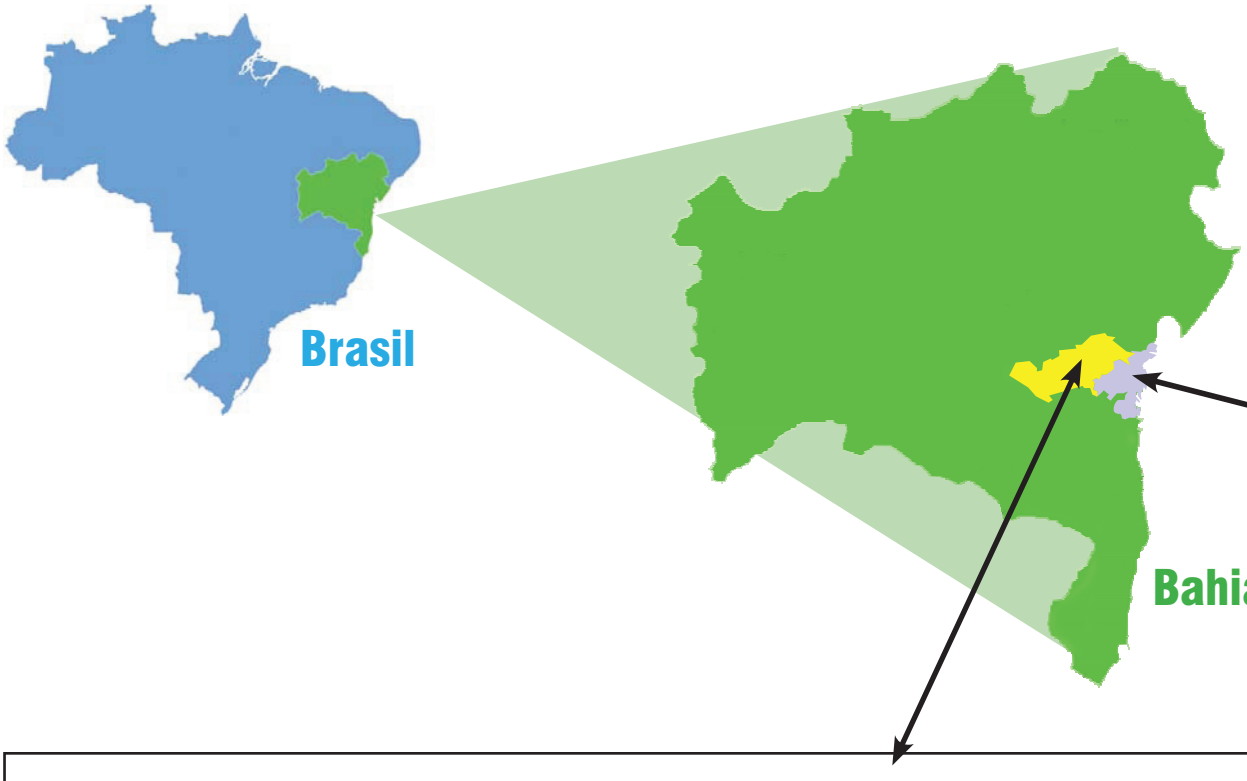
A FASE optou também por manter a metodologia de multiplicar conhecimentos para outras famílias das comunidades envolvidas, estimulando os jovens participantes e criando condições para que os conhecimentos construídos ao longo do processo alcançassem um número crescente de pessoas nas comunidades. O componente de formação desta iniciativa esteve sintonizado com a dimensão da aplicação prática nos Núcleos Produtivos dos jovens, e com sua replicabilidade via ações feitas pelos próprios jovens. A assessoria técnica da FASE esteve imbuída deste sentido de ampliar ao máximo sua abrangência, de maneira a poder causar impactos nas comunidades, e não apenas nas propriedades dos jovens que puderam ser diretamente inseridos nesta experiência.

Preparando canteiro para horta

Jovens e cultura

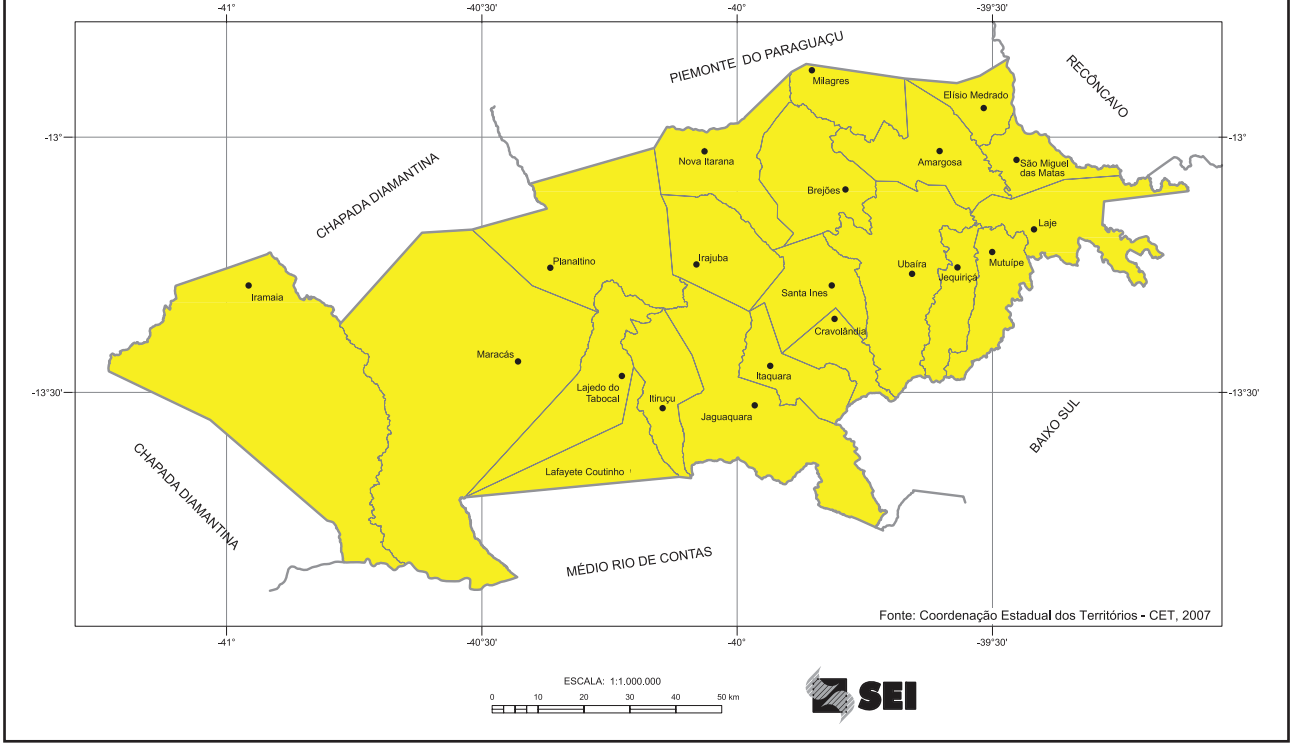
A continuidade dos trabalhos da FASE na região, implicava ainda na necessidade de se fortalecer o componente de exercício da cidadania, sempre presente na trajetória da entidade. O diagnóstico já construído pela FASE e seus parceiros do movimento sindical, em anos anteriores, tinha identificado a relevância da qualificação da participação popular em políticas públicas, como estratégia de defesa, garantia, e promoção de direitos. As entidades associativas e sindicais precisam de lideranças e de ativistas de base sensibilizados, informados e motivados para a participação organizada nos espaços de gestão colegiada, e de disputas em torno de políticas públicas que mais interessam e influem na qualidade de vida de famílias agricultoras.

Em outubro de 2010, a FASE Bahia recebeu com muita alegria a notícia de que seu projeto foi um dos 113 selecionados entre as 5.183 que participaram da seleção pública do Programa Desenvolvimento & Cidadania.



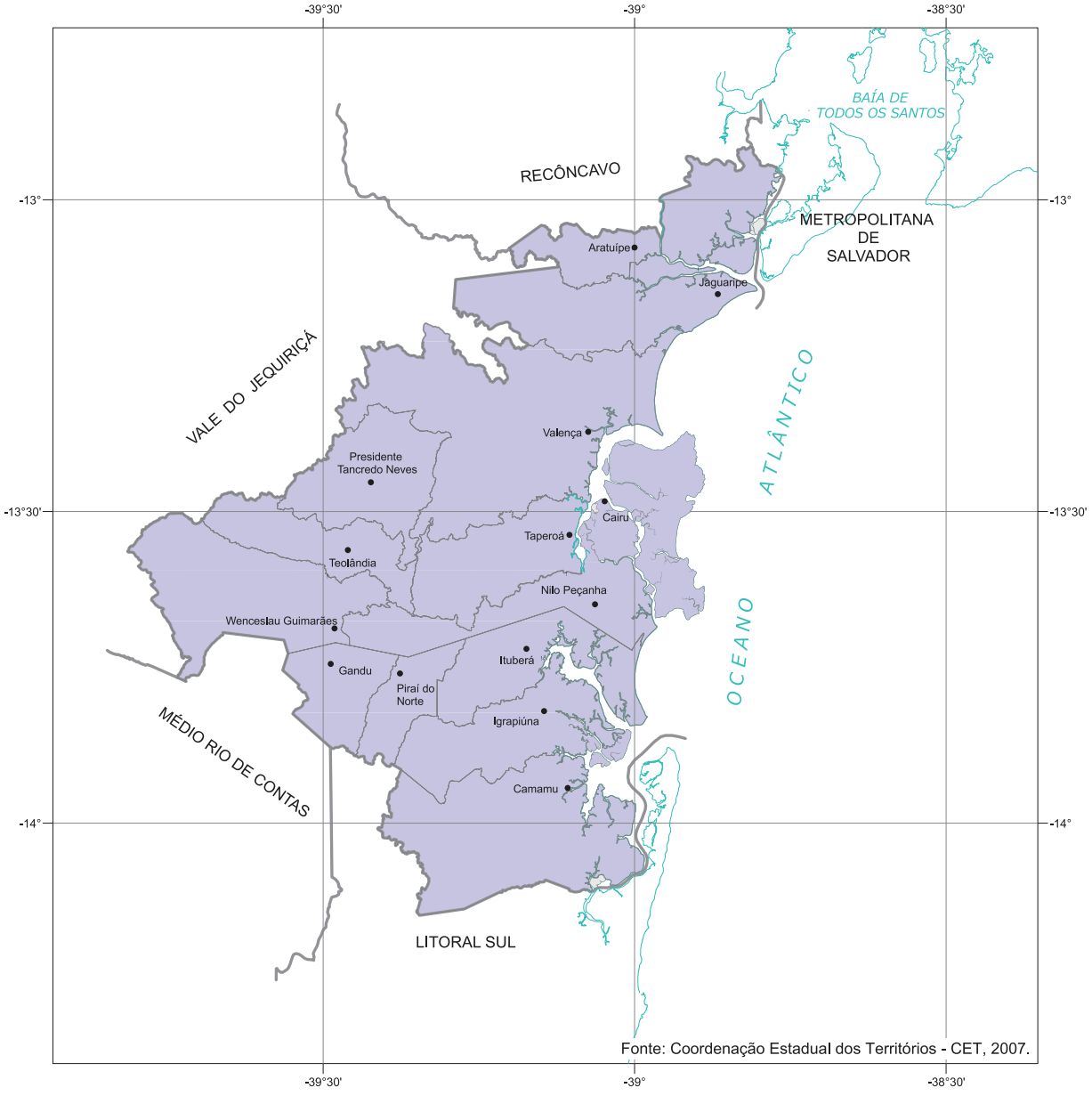
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE 09

VALE DO JEQUIRIÇÁ - BAHIA, 2007



TERRITÓRIO DE IDENTIDADE 06

BAIXO SUL - BAHIA, 2007.



Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios - CET, 2007.

ESCALA: 1:1.000.000

0 10 20 30 40 50 km

SEI

A trajetória percorrida

A seleção dos jovens

Sempre com a preocupação de incorporar os aprendizados produzidos pela avaliação de experiências anteriores[2], a FASE intensificou contatos e programou reuniões com entidades sindicais parceiras, para planejar e definir coletivamente, uma agenda de trabalho consagrada ao processo de seleção consensualizada de comunidades, e de identificação de jovens que participariam do programa. Já se sabia que processos mal conduzidos de seleção de comunidades e de agricultores, acabam comprometendo o alcance dos resultados.

Um projeto operacionalizado por ONGs como a FASE, nunca consegue alcançar a totalidade da população potencialmente interessada, ou cujas condições sócio econômicas demandem uma intervenção visando corrigir problemas, ou melhorar sua qualidade de vida.

Os critérios foram delineados de forma participativa, em reuniões feitas nos municípios, em dezembro de 2010, com dirigentes sindicais e comunitários que já tinham acompanhado, ou participado, de outras ações da FASE.

Reunião para seleção de jovens - 2010

Em síntese, os critérios definidos para a **ug/ rgèçq'f g'èqo wplf cf gu** apontavam para diversos aspectos como: importância estratégica para o reforço da organização comunitária e sindical da agricultura familiar no município; comunidades com potencial associativo e sindical relevante, e histórico de receptividade para este tipo de atividade; existência de famílias agricultoras na comunidade simpáticas e abertas ao trabalho de qualificação da organização comunitária, e de melhoria da gestão e produção; abertura para construção de conhecimentos e experimentação de práticas baseadas na agroecologia; distribuição geográfica mais favorável à logística da execução das diversas atividades do projeto.

Quanto aos **lqxgpu**, foram observados fatores como: existência de jovens interessados em atividades comunitárias, dispostos e comunicativos; jovens com interesse em continuar na atividade produtiva rural, e identificados com a Agricultura Familiar; jovens com áreas de terra disponíveis nas respectivas unidades familiares rurais; jovens com familiares dispostos a cederem áreas para instalação de Núcleos Produtivos.

Também se incorporou como critério a análise do desempenho da comunidade e de jovens em experiências anteriores da FASE, baseadas na metodologia dos AMAs - Agentes Multiplicadores de ATER[2] . Ou seja, a FASE queria dar continuidade, de maneira mais concentrada, a outras iniciativas que já vinham sendo feitas na comunidade e no município, só que agora com um foco bem mais acentuado na geração de renda para jovens agricultores familiares.

Familiares e jovens participam de evento de esclarecimento sobre o programa, em 2010

[2]Para maiores informações consultar a publicação "Construindo a inclusão social de jovens e mulheres na Agricultura Familiar", de 2009, disponível em http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3179 .

O percurso formativo

Os 100 jovens agricultores passaram por um percurso formativo destinado a construir coletivamente conhecimentos que impulsionassem a criação de condições mais propícias à geração de renda; à adoção de práticas produtivas ambientalmente mais sustentáveis; estimulassem comportamentos social e politicamente mais ativos; bem como, favorecessem iniciativas de agregação de valor à produção; e de intervenção em processos de negociação e luta em torno de acesso a direitos, e de orientação de políticas públicas.

Para a FASE, é impossível separar os momentos de formação das demais atividades realizadas ao longo do projeto. Todas as frentes de atuação foram concebidas e implementadas de maneira interdependente Inclusive, os conteúdos dos diferentes momentos de formação sempre estiveram sujeitos à modificações, incorporando novos temas e enfoques, em função de situações criadas por outros aspectos da intervenção educativa, também registrados nesta sistematização.

Por exemplo, a assessoria técnica conduzida pela FASE nos Núcleos Produtivos dos jovens, nas propriedades familiares, e comunidades, eventualmente se deparava com determinadas situações, ou demandas explícitas que, ao serem analisadas com a devida atenção, podiam ser inseridas em algum evento de formação para o necessário aprofundamento e devolução aos jovens.

Desde a concepção do projeto encaminhado à Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, estavam previstos diferentes momentos de formação.

Oficinas Modulares

As Oficinas Modulares são eventos presenciais, com 2 dias de duração (16 horas). Para viabilizar boas condições de aprendizado, a FASE Bahia dividiu os 100 jovens

Trabalho em grupo dos jovens durante I Oficina Modular – 2011

Jovens reunidos para refeição durante I Oficina Modular, em 2011

em 3 turmas, realizando 3 eventos que em conjunto constituem uma única Oficina Modular. No total foram feitos seis ciclos de Oficinas Modulares, sempre reservando tempo para parte prática e teórica.

Educadores da FASE Bahia elaboraram programação prévia para cada ciclo, bem como, o material didático utilizado nos eventos. Avaliações feitas ao término de cada ciclo, assim como, sugestões recolhidas durante reuniões de monitoramento e gestão; ou visitas de assessoria técnica; eram incorporadas nas etapas seguintes. Um exemplo dessas mudanças foi a mistura das turmas, mesclando jovens de diferentes municípios, procedimento que passou a ser adotado no segundo ano de execução do projeto, a pedido dos próprios jovens.

Durante o primeiro ano de execução do projeto, em 2011, foram feitos 3 ciclos de Oficinas Modulares. No I Ciclo, abordaram-se os seguintes temas: organização comunitária e sindical; identidade do(a) jovem agricultor(a) familiar; políticas públicas; atividade produtiva e geração de renda.

Parte prática de Oficina Modular realizada em 2011

No II Ciclo, quando parcela considerável dos jovens já estava definindo a modalidade de seus respectivos Núcleos Produtivos, o conteúdo esteve mais direcionado a orientar este processo. Portanto, os temas trabalhados foram planejamento e gestão da propriedade; realização do diagnóstico rápido participativo de uma propriedade rural familiar; solos, e nutrição de plantas; adubação verde, compostagem e uso da manipueira; observação prática de experiências de compostagem e/ou de adubação verde.

Técnica agropecuária da FASE Bahia, Rosélia Melo, assessora jovens durante Oficina Modular

No III Ciclo, realizado em agosto, a FASE Bahia enfatizou conteúdos relacionados às diferentes modalidades de Núcleos Produtivos que progrediam em seu processo de implantação, pelos jovens, em suas respectivas áreas. Assim sendo, trabalharam-se tópicos como elaboração de Mapa da Propriedade e Calendário Sazonal; Manejo de Pequenos Criatórios (aves, suínos e peixes) abordando a par-

te de sanidade, nutrição, e reprodução. Outro componente deste III Ciclo foi um aprofundamento em políticas públicas, enfocando programas governamentais de interesse direto da agricultura familiar, e que simultâneamente constituem-se em alternativas de geração de renda para os jovens. Construíram-se conhecimentos sobre o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, analisando desde a legislação até procedimentos relacionados à Chamada Pública e elaboração de projeto de venda para Prefeituras Municipais. Houve tempo, ainda, para iniciar o estudo das Fichas de Aferição de Renda, ferramenta destinada a mensurar evolução na renda alcançada pelos 100 jovens, durante sua participação neste projeto.

Parte teórica da II Oficina Modular, em Mutuípe, em 2011

Já em 2012, os 3 ciclos restantes de Oficinas Modulares passaram a incorporar modificações propostas tanto nas avaliações de cada etapa feita em 2011, como aquelas construídas durante o Seminário de Avaliação realizado em dezembro de 2011, oportunidade única, pois reuniu amostra significativa de jovens de todos os 7 municípios, em um mesmo evento. A parte prática foi acentuada; revisitaram-se alguns temas considerados insuficientes; mesclaram-se as turmas de maneira a permitir maior intercâmbio de experiências entre jovens de diferentes municípios; convidaram-se gestores e responsáveis por instâncias governamentais para dialogarem sobre temas diretamente relacionadas a iniciativas de jovens agricultores, envolvidos no programa.

Jovens aprofundam conhecimentos sobre suinocultura durante IV Oficina Modular 2012

O IV Ciclo realizado em abril de 2012, priorizou conteúdos teóricos e práticos de fruticultura e horticultura; avicultura e suinocultura, pois os Núcleos Produtivos passavam por estágios sucessivos em seu processo de implantação e consolidação. A parte prática foi realizada em propriedades familiares de jovens participantes do projeto.

O V Ciclo das Oficinas foi feito nos

meses de maio e junho, levando em consideração a necessidade da construção de conhecimentos sobre agroindustrialização e comercialização da produção dos jovens cujos Núcleos Produtivos estavam se consolidando. Assim, abordaram-se temas como legislação e normas de vigilância sanitária e defesa agropecuária, para beneficiamento e comercialização de produtos de origem vegetal, e animal; estratégias de comercialização; acesso a mercados; identificação e mensuração de custos de produção. Em termos de fortalecimento da organização comunitária, trataram-se de noções de cooperativismo, uma vez que o acesso a programas governamentais como PNAE e PAA é facilitado pela existência de cooperativas integradas por agricultores familiares interessados em comercializar sua produção coletivamente.

Jovens reunidos na parte teórica da VI Oficina Modular, em Mutuípe – 2012

O VI Ciclo foi realizado em agosto de 2012, priorizando o aprofundamento da teoria e prática do acesso ao PNAE, uma vez que a FASE identificou oportunidades ainda não aproveitadas pelos jovens e associações existentes nas comunidades, em relação ao acesso a este mercado. Verificou-se que a legislação sobre venda de produtos para Prefeituras e escolas públicas da rede estadual vinha sendo obstaculizada pelo poder público que não realizava Chamadas Públicas. Deparava-se com inconsistência das decisões de órgãos responsáveis pela aplicação da legislação tributária estadual, no que se refere à possibilidade de associações emitirem Notas Fiscais de venda para o PNAE. Por isso, o tema do PNAE foi trabalhado mais uma vez, reforçando-se a construção de conhecimentos sobre políticas públicas e programas governamentais relacionados à alimentação escolar e sua vinculação com a agricultura familiar. Os debates envolveram também as escolas da rede estadual que deveriam estar adquirindo gêneros da Agricultura Familiar.

Jovens reunidos em trabalho em grupos durante VI Oficina Modular. Mutuípe – 2012

Laboratórios

Em junho de 2011, a FASE realizou duas etapas do primeiro ciclo de laboratório-

rios. Trata-se de evento do percurso formativo, mais direcionado à experimentação prática, de tópicos estudados nas Oficinas Modulares e que também foram trabalhados nas visitas de assessoria técnica.

Os laboratórios são feitos em campo, buscando-se conciliar situações em que seja possível visualizar exemplos concretos de utilização de princípios teóricos, por parte de agricultores. Os laboratórios devem permitir o diálogo entre esses agricultores mais experimentados em práticas agroecológicas que vinham sendo estudadas nas Oficinas Modulares, com os jovens então iniciando seu contato, aprendizado e introdução de alguns destes princípios em seus Núcleos Produtivos. A FASE realizou os laboratórios em condições o mais similares possível do contexto em que vivem e trabalham os jovens agricultores.

Jovens participam do Laboratório realizado na zona rural de Presidente Tancredo Neves, em 2011

No Laboratório realizado em 2011, foi feito um esforço inicial para explicitar a concepção que orienta a realização deste tipo de atividade, de maneira a desmistificar o senso comum imposto aos jovens de que todo saber provém da academia e de que agricultores não são produtores e portadores de conhecimento algum. Em seguida os jovens revisitaram criticamente os princípios de solo e nutrição de plantas; fizeram um exercício prático de leitura da paisagem em uma propriedade rural familiar; e se organizaram em grupos para expor o que viram e como analisaram a propriedade agrícola, em seus diferentes aspectos. O laboratório permitiu, ainda, a experimentação de práticas como adubação verde, e a elaboração de fertilizantes naturais (compostos; bio-calda).

Jovens apresentam relato de trabalho em grupos durante laboratório – 2011

Em agosto de 2012, o Laboratório foi feito em Valença, para que os 100 jovens divididos em duas turmas, pudessem conhecer a experiência da APROBATEC, entidade associativa comunitária que já acumula razoável experiência de acesso ao PNAE e ao PAA. O contato e o debate com agricultores familiares que já conseguem encaminhar alternativas de comercialização e agroindustrialização de parte de sua produção, permitiu aos jovens visualizar e contextualizar suas próprias iniciativas e conhecimentos construídos nas Oficinas Modulares.

Jovens assistem à explicações da direção da APROBATEC durante laboratório – Valença, 2012

Neste Laboratório de 2012, os jovens observaram como uma associação que reúne agricultoras e agricultores familiares vem encontrando alternativas de mercado para sua produção, elevando o percentual de vendas de produtos beneficiados, seja na forma de polpa de frutas, seja como

doces ou derivados de mandioca. Trocaram idéias e analisaram casos concretos de enfrentamento de obstáculos impostos pela burocracia governamental, ou pelo poder público, na operacionalização de programas governamentais previstos na legislação, mas que só se viabilizam quando existe organização de base e vontade política por parte dos agricultores e suas organizações.

Jovens participante de Laboratório – Valença, 2012

A gestão feita pela FASE

A FASE concebeu e executou este projeto, observando sua cultura e métodos institucionais, e incorporando o princípio da parceira com entidades comunitárias e sindicais existentes nos 7 municípios.

Educadores populares e o pessoal administrativo da FASE elaboraram e trocaram informações ao longo de todas as etapas, interagindo diretamente com técnicos atuantes em campo. Cada integrante da equipe da FASE tinha atribuições e responsabilidades previamente definidas. Embora diferenciadas, essas responsabilidades individualizadas, e a necessária distribuição de tarefas entre cada integrante, não resultaram na compartimentalização dos variados aspectos da experiência. Pode-se afirmar que foi possível construir mecanismos que viabilizaram a elaboração participativa de planejamentos e de avaliações periódicas; bem como, a socialização de informações e de relatos sobre cada etapa realizada; resultando no conhecimento generalizado sobre o conjunto dos trabalhos por parte do pessoal da FASE Bahia.

Uma das reuniões de Monitoramento e Gestão realizadas em 2011

Além de aplicar instrumentos de monitoramento específicos ao projeto, a FASE utilizou procedimentos institucionais de seu ciclo de PMAS – Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização. Isto foi essencial para estabelecer sinergia com outras frentes de atuação da FASE nestes municípios, igualmente comprometidas com o fortalecimento da agricultura familiar enquanto sujeito de direitos e ator político.

Visitas da coordenação técnica geral aos municípios e comunidades

As Visitas da Coordenação são parte fundamental do processo de monitoramento e gestão, adotado pela FASE. Realizadas mensalmente, estas visitas permitiram dar tratamento adequado às demandas e situações que foram aflorando na medida em que se avançava na execução do projeto. Além de se reunir e conversar com técnicos da FASE responsáveis diretos por um determinado número de jovens e famílias nas comunidades, a Coordenação Técnica Geral acompanhou a assessoria técnica em visitas individualizadas, para avaliar a situação em que se encontravam os Núcleos Produtivos. O Coordenador também mantinha contatos e sessões de trabalho com dirigentes comunitários e sindicais mais diretamente relacionados ao projeto.

O Coordenador Técnico Geral, Fernando Oiticica, em vista à jovem em sua comunidade - 2011

Reuniões de monitoramento e gestão

Estas reuniões, de periodicidade bi-mensal, são espaços dedicados ao debate e análise dos trabalhos de assessoria técnica aos jovens em suas propriedades e comunidades; de planejamento e avaliação do percurso formativo; de proposição e encaminhamento de eventuais correções de rumo identificadas como necessárias e pertinentes. Além de integrantes da Equipe Técnica, e da Coordenação, buscou-se, e na grande maioria das ocasiões se conseguiu, a presença e participação alternada de representantes dos próprios jovens, e de lideranças de entidades comunitárias e sindicais, parceiras da FASE nesta iniciativa.

Reunião de monitoramento e gestão – 2011

As reuniões de monitoramento e gestão são úteis, também, para socialização de experiências bem sucedidas em determinada comunidade, cujo exemplo, devidamente adaptado e contextualizado, pode servir como indicativo para outros jovens que participam do Programa. Servem ainda para debater causas de erros e desvios identificados, bem como, para formular medidas concretas de correção de rumos.

Reuniões Estaduais de Planejamento

Agendadas para se realizarem a cada trimestre, estas reuniões contaram com a participação da equipe mais diretamente envolvida na execução do projeto, além de educadores populares e de pessoal administrativo da FASE que também se dedicavam a outras frentes de trabalho. Estas reuniões se constituíram em espaços onde se promoveram a integração e a troca de experiências entre técnicos agropecuários que vivem mais intensamente o dia a dia da assessoria aos jovens em seus Núcleos Produtivos, propriedades familiares, e comunidades; com educadores populares da FASE mais concentrados na gestão institucional, elaboração de material didático e sua aplicação. Outro aspecto fundamental foi a relevância da participação da Coordenação Administrativa da FASE nestas reuniões, o que permitiu construir conhecimentos ainda mais consistentes sobre as rotinas contábeis, legislação, e acompanhamento coletivo da execução orçamentária do projeto.

A adoção pela FASE, do princípio de que todo o seu pessoal deveria ter alguns momentos de reflexão coletiva, foi essencial para sintonizar a parte específica deste projeto, com o conjunto da intervenção educativa da FASE na Bahia, concebida enquanto programa.

Estes espaços priorizaram o monitoramento das atividades previstas, dando a devida atenção para a formulação de alternativas que permitissem superar problemas ou impasses encontrados no dia a dia da operacionalização do projeto. Sempre que possível, procedia-se ao balanço avaliativo de etapas estratégicas como oficinas modulares, instalação de Núcleos Produtivos, e aferição da evolução na renda auferida pelos jovens através de suas atividades agrícolas. Além de se avaliar os três meses precedentes, se procedia ao planejamento do trimestre seguinte, tendo o projeto como referência.

Reunião estadual de planejamento realizada em 2011, com a participação dos técnicos agropecuários Nadilton Andrade; Veronice Souza; e Rosélia Melo; da Coordenadora Administrativa Joelma Cunha; do Coordenador Técnico Fernando Oiticica; e de Paulo Demeter – FASE Bahia

Seminários de Avaliação

Foram realizados dois seminários anuais, momentos de fundamental importância, pois conseguiam reunir parcela expressiva de jovens e dirigentes sindicais dos 7 municípios, fato que era impossível de acontecer nos outros eventos.

Jovens apresentam relato de trabalho em grupos - I º Seminário de Avaliação – Salvador, Ba., 2011

O seminário realizado em novembro de 2011 foi capaz de produzir encaminhamentos passíveis de serem incorporados nos 12 meses seguintes, cumprindo assim um de seus principais objetivos. Como exemplo, pode-se citar as sugestões para manter e ampliar a parte prática das oficinas modulares; a conveniência de divulgar previamente a agenda de visitas de assessoria técnica; o caráter estimulante que a presença do técnico aporta nas tarefas de multiplicação concebidas e implementadas pelos próprios jovens.

Uma das dinâmicas feitas em 2011 foi a exposição de experiências bem sucedidas no âmbito da produção agrícola e geração de renda; no da multiplicação de conhecimentos pelos jovens para outras famílias da comunidade; e no da inclusão social e política de jovens. Os participantes puderam então submeter estes casos à sua análise, problematizando diferentes alternativas e contextos. Esta metodologia possibilitou acesso a ensinamentos práticos que são capazes de evitar a repetição de erros já identificados por outros jovens, e que favorecem a ampliação da margem de segurança na aplicação de procedimentos que vinham dando certo em outras comunidades. O seminário foi um momento em que muitos desses jovens assumiram o protagonismo na exposição e debate dos temas trabalhados. Alguns grupos prepararam suas apresentações com antecedência, utilizando recursos como dramatizações, e jograis. Outros preferiram relatos subsidiados por materiais didáticos por eles mesmo produzidos.

Convém registrar que a preparação de ambos os seminários foi feita com a participação dos próprios jovens que foram estimulados a se manifestarem a respeito dos conteúdos e dinâmicas a serem aplicados, durante os outros eventos ou atividades em que participavam, nas semanas que antecederam o seminário de 2011.

O Seminário de Avaliação de 2012 foi feito após a publicação desta revista, a qual, inclusive, foi concebida e elaborada para ser trabalhada durante o referido seminário. Tratava-se da última atividade coletiva do projeto, e os jovens participantes, bem como, dirigentes das entidades comunitárias e sindicais parceiras foram estimulados a utilizarem a Revista de Sistematização como ferramenta de socialização da experiência recém construída.

Plenária e mesa de abertura do Iº Seminário de Avaliação. Salvador, Ba., 2011

Construindo alternativas de geração de renda

A exclusão ou precariedade na inserção de jovens no mercado de trabalho em geral, e de jovens agricultores familiares em particular, é uma das manifestações mais flagrantes da desigualdade de oportunidades e de acesso a direitos prevalecente na sociedade brasileira. Incorporando conhecimentos construídos em etapas precedentes da intervenção educativa da FASE com famílias agricultoras da região, este projeto enfrentou as causas da migração campo-cidade de jovens agricultores, através da criação de condições favoráveis à consolidação e ampliação de suas experiências produtivas, de comercialização e de agroindustrialização.

A geração de renda para os jovens foi definida como a principal meta a ser alcançada. A implantação de Núcleos Produtivos com ênfase na transição agroecológica foi o ponto de partida no processo de geração de renda para os 100 jovens, servindo também de fonte de estudo e pesquisa, nas Oficinas Modulares e Laboratórios.

Entrega de mudas de árvores frutíferas para Núcleos Produtivos de jovens – 2011

Já se tinha claro que não bastava conseguir apenas maior volume e diversificação da produção destes jovens. As questões relacionadas à comercialização e agroindustrialização foram diagnosticadas como obstáculos muito significativos, em termos de acesso à renda, por parte de agricultores familiares do Baixo Sul, e do Vale do Jiquiriçá. Por isso, foram enfrentadas, considerando a identificação dos problemas vigentes, e o diagnóstico de suas causas, aliado ao levantamento de experiências já existentes na região, e sua análise crítica via processos participativos.

Colocou-se como prioridade construir conhecimentos e promover troca de experiências sobre o acesso ao PAA - Programa de Aquisição de Alimentos; e ao PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, enquanto alternativas de comercialização da produção da Agricultura Familiar.

Evento de assessoria técnica incluindo jovens e famílias da Comunidade de Bom Jesus, município de Jiquiriçá, em 2011

Assessoria técnica

Concebida como elo de ligação entre o percurso formativo e o processo de implantação e funcionamento dos Núcleos Produtivos, a assessoria técnica foi conduzida por 3 técnicos agropecuários de nível médio, sob a supervisão regular da Coordenação Técnica Geral. O planejamento inicial previa a realização de visitas mensais às áreas de cada jovem. Os 3 integrantes da Equipe Técnica foram distribuídos pelas comunidades, assumindo responsabilidade direta pelo acompanhamento a um número pré determinado de jovens. O acesso às áreas foi viabilizado pelas 3 motocicletas e por um veículo da FASE.

Técnicos agropecuários Nadilton Andrade, Veronice Souza e Rosélia Melo, com motocicletas colocadas à serviço dos trabalhos de assessoria técnica

A FASE acredita e pratica a troca de saberes na construção e socialização de conhecimentos. Por isso, os integrantes da Equipe Técnica estiveram sempre de olhos bem abertos, e com ouvidos atentos, para captarem anseios, críticas e sugestões dos jovens agricultores e das famílias nas comunidades. Sempre se procurou levar em consideração as informações sobre o contexto social, econômico e ambiental em que vivem e trabalham os jovens agricultores familiares. Esta disponibilidade para ouvir e acatar sugestões, é essencial na realização de uma intervenção concebida como sendo de Educação Popular.

Técnica Veronice com jovem Elineide durante processo inicial de seleção das áreas para futura implantação de Núcleo Produtivo

Embora não se possa afirmar que todo o processo tenha acontecido de maneira previamente planejada, em grandes linhas, verificou-se que os trabalhos de assessoria técnica tinham etapas pré determinadas. A assessoria chamou a si a responsabilidade de estabelecer um diálogo com os jovens, durante as visitas, sobre como avançar na transição agroecológica. A partir das conversas, os educadores e os agricultores foram descobrindo as melhores alternativas técnicas para diminuir os impactos da produção sobre os recursos naturais em cada propriedade, e no seu entorno.

Esforços iniciais foram consagrados ao processo de diagnóstico das propriedades familiares onde residem os 100 jovens, para identificar potencialidades e ameaças à sua condição de agricultores familiares. Este diagnóstico foi se aprofundando com o acúmulo gerado pela continuidade das visitas de assessoria, e pela realização dos eventos de formação. Assim se construíram conhecimentos que possibilitaram a definição, por parte de cada jovem, da modalidade de seu Núcleo Produtivo.

A partir deste ponto, a assessoria técnica concentrou-se no planejamento de todas as etapas relacionadas à implantação dos diferentes tipos de Núcleos Produtivos. Insumos e equipamentos foram selecionados e adquiridos com participação direta da assessoria técnica que também acompanhou sua instalação ou aplicação nas áreas trabalhadas pelos jovens. Cada modalidade de Núcleo Produtivo recebeu atenção compatível com sua especificidade. A assessoria também acompanhou jovens e organizações comunitárias em suas tentativas de acesso a políticas públicas e programas governamentais, especialmente PNAE; PAA; e Pronaf.

Marco Inicial

O Marco Inicial foi uma ferramenta importante que complementou esforços feitos pela FASE, quando da definição de critérios de participação, identificação e seleção dos 100 jovens e 23 comunidades que seriam integradas ao projeto. Sua utilização permitiu coletar e sistematizar informações essenciais ao cumprimento da meta de gerar renda através de atividades produtivas, feitas pelos jovens, em suas áreas. A assessoria técnica tinha de identificar potencialidades e eventuais limitações dos jovens e de suas propriedades familiares. Estas potencialidades se referem tanto às condições da propriedade familiar desses jovens (tamanho da área, relevo, fertilidade dos solos, disponibilidade de recursos hídricos, cobertura vegetal, culturas e criações já existentes); como do contexto em que estas propriedades se inserem (vias de acesso, distâncias de mercados consumidores, disponibilidade de bens e serviços provisionados pelo poder público, energia). Sistematizaram-se ainda, aspectos relevantes da atuação comunitária ou sindical desses jovens, identificando quais são as organizações em que participavam.

Técnica Veronice Souza aplica Marco Inicial com jovem de Laje, em 2011

A identificação das limitações também foi importante porque permitiu prevenir a adoção de encaminhamentos com maior tendência de fracassar. Por exemplo, se o processo de construção do diagnóstico da propriedade familiar de um jovem revelava que em sua propriedade não existem grandes áreas disponíveis, a Equipe Técnica da FASE não incentivava a introdução de novas culturas ou criações de animais de grande porte. Se em determinada propriedade não existia ampla disponibilidade de água, não foram planejadas culturas ou criações que demandassem grande consumo de água como seria o caso de hortas ou piscicultura.

A coleta desses dados também cumpriu uma função didática, pois estimulou os jovens a investigarem melhor vários aspectos de suas propriedades que tem grande importância para o planejamento das atividades produtivas. O preenchimento do Marco Inicial também contribui para que os jovens refletissem sobre a forma como suas famílias vêm utilizando os recursos naturais de cada propriedade; sobre os tipos de culturas e criações que vêm sendo praticadas; sobre quais as técnicas e práticas culturais adotadas. Permitiu também identificar quais são as políticas públicas e programas governamentais relacionados à Agricultura Familiar que existem e que são acessados, ou não. O processo de coleta das informações do Marco Inicial foi complementado e aprofundado quando se debateram a importâncias e as alternativas de elaboração de Diagnósticos da Propriedade em uma das Oficinas Modulares.

Jovens replicando conhecimentos durante atividade de multiplicação

Para integrantes da Equipe Técnica da FASE, o processo de aplicação do Marco Inicial também foi importante, pois aumentou o conhecimento das características e peculiaridades da propriedade familiar, e da inserção social e econômica desses jovens. O Marco Inicial é um parâmetro para se comparar a situação de cada jovem ao final dos 2 anos de execução deste projeto.

Núcleos Produtivos

Cada jovem, atuando como AMA, foi assessorado individualmente, para concretizar os passos necessários à definição da modalidade de seu Núcleo Produtivo. O processo de definição procurava levar em conta as características do Bioma Mata Atlântica, e as peculiaridades de solo, clima, relevo, e cobertura vegetal da área em que se localizava a propriedade familiar do jovem. Mas, também se dava a devida atenção à aptidão ou desejo de cada jovem, e se incluíam tarefas como o planejamento de cada passo necessário à implantação do Núcleo, para que o jovem tives-

se a correta dimensão do volume de trabalho que lhe seria demandado, bem como, do tamanho de sua responsabilidade pessoal para assegurar maiores chances de sucesso nesta sua iniciativa produtiva.

Assessoria técnica da FASE orienta marcação de nível para futuro plantio de frutíferas

Sempre é bom registrar que os Núcleos Produtivos deveriam permitir maior geração de renda para os jovens, ao mesmo tempo em que estimulavam a colocação em prática de conhecimentos construídos nos eventos de formação. Foi nos Núcleos que se tentou aplicar princípios que favorecem a adoção de práticas agroecológicas. Foi através das práticas desenvolvidas nos Núcleos, aliadas aos conhecimentos elaborados durante os eventos de formação que permitiram aos jovens se sentir em condições de multiplicar e socializar conhecimentos com outras famílias agricultoras da comunidade.

Os Núcleos Produtivos foram definidos respeitando-se o diagnóstico da propriedade (área disponível; relevo; cobertura vegetal; disponibilidade de recursos hídricos; facilidades de transporte; acesso a energia); e a aptidão de cada rapaz ou moça (experiência anterior com determinado tipo de plantação ou criação; vontade ou desejo de iniciar uma nova atividade).

Veronice Souza orientando jovens de uma mesma comunidade – 2012

Devido às limitações impostas pelas regras de execução orçamentária, a assessoria técnica teve de conviver com situações bastante diversificadas em termos de implantação dos Núcleos Produtivos. Algumas modalidades e jovens avançaram mais rapidamente do que outros. Os núcleos de fruticultura tiveram de respeitar condicionantes impostos pelas variações climáticas que nem sempre coincidiam com a disponibilidade de recursos orçamentários. A assessoria técnica da FASE tentava planejar a aquisição de mudas em épocas mais propícias ao seu plantio. No caso de avicultura, a assessoria técnica tentava identificar, junto com os jovens, a existência ou não de área suficiente para o plantio de espécies que viessem a fornecer ingredientes para a elaboração de rações para suas aves.

Assessoria técnica da FASE orienta instalação de canteiros de horta em comunidade de Ubaíra

Em algumas comunidades, os jovens fizeram reuniões para debaterem seus Núcleos Produtivos. Surgiram propostas e adotaram-se medidas para unificação de investimentos. Por exemplo, 3 ou 4 jovens resolveram consorciar parte de seus recursos destinados à aquisição de equipamentos de agroindustrialização de frutas, pois assim, teriam mais recursos para aplicação na ampliação dos respectivos pomares, e evitariam a ociosidade dos equipamentos devido à inexistência de volume suficiente de frutas ***in natura*** para ocupar toda a capacidade dos equipamentos.

A FASE fez as intervenções educativas necessárias para que estes Núcleos fossem econômica, social e ambientalmente viáveis, integrados ao contexto de cada família e comunidade. O valor médio de investimento previsto para cada Núcleo foi de R$ 4.850,00 (Quatro mil oitocentos e cinquenta reais). Para a escolha de cada projeto foram consideradas as potencialidades e os limites naturais de propriedade e de seu entorno, bem como, a aptidão de cada jovem beneficiado. O sistema produtivo de horticultura foi implantado por praticamente todos os jovens, como atividade transversal de segurança e de soberania alimentar, e de geração de renda com o excedente. Os Núcleos instalados são sistemas de produção diversificados, com casos em que se conseguiu integração entre agricultura e pequenos criatórios (ovinocultura; avicultura; suinocultura). Alguns dos Núcleos de fruticultura podem ser classificados como SAFs – Sistemas Agroflorestais, pois têm essências nativas e frutíferas. Registram-se várias experiências concretas de agroindustrialização com a fabricação de polpas de frutas.

Rosélia Melo e Fernando Oiticica dialogando com família de jovem em seu Núcleo Produtivo

Jovens auferindo renda

Ao longo dos 24 meses de execução deste projeto, foram aparecendo e sendo enfrentados, na medida do possível, obstáculos relacionados ao funcionamento dos Núcleos Produtivos. As dificuldades se

referiam tanto à produção (incidência de pragas e doenças; problemas climáticos; manejo sanitário ou nutricional incorreto), como na gestão (imediatismo na avaliação dos resultados; falta de iniciativa para a busca de novos mercados para comercializar a produção crescente; desconsideração de vantagens não monetárias auferidas pela aplicação de princípios agroecológicos).

Estas situações recebiam um primeiro tratamento durante as visitas de assessoria técnica, e conforme o caso, também eram trabalhadas, quando das visitas da Coordenação Geral aos municípios e comunidades. Eventualmente, caso a situação pudesse ser aproveitada como exemplo didático, era utilizada seja na parte prática de uma Oficina Modular, seja para animar o trabalho de multiplicação de conhecimentos com outras famílias agricultoras.

Nadilton Andrade assessora grupo de jovens em exercício de aferição de renda e elaboração de Plano de Negócios - 2012

A FASE elaborou e acompanhou jovens na coleta de dados e análise de instrumentos como as Fichas de Aferição de Renda, ferramentas individuais em que se solicitava a cada jovem que registrasse suas receitas e despesas, inclusive as não monetárias, para poder quantificar o acesso à renda propiciado pelo Núcleo Produtivo. A utilização dessas fichas não foi homogênea, sendo poucos os jovens que efetivamente tiveram disciplina suficiente para fazer o lançamento de dados diariamente. Percebeu-se que praticamente nenhuma das famílias agricultoras desses 100 jovens tem o costume de registrar suas operações de compra e venda. São raríssimos os casos de agricultores capazes de quantificar seus custos de produção. No máximo, conseguem se lembrar de somas auferidas quando da venda de determinadas parcelas de suas safras, ou do preço pago quando da aquisição de insumos que impactaram bastante em sua atividade produtiva.

Nas páginas finais desta publicação são expostos exemplos de jovens auferindo renda, em função dos investimentos feitos em seus respectivos Núcleos Produtivos.

Assessoria técnica para jovem em seu Núcleo Produtivo – 2012

Multiplicando com outras famílias

Este projeto não é uma iniciativa isolada da FASE Bahia, e sim um aprofundamento de sua intervenção educativa no Baixo Sul, e no Vale do Jiquiriçá. A geração de renda para jovens agricultores familiares, é mais uma das ferramentas que se aplica na busca da criação de condições propícias à passagem dos agricultores familiares da condição de maioria demográfica em seus municípios, para a de sujeitos de sua própria história, atores políticos com força suficiente para participar da disputa em torno de alternativas de desenvolvimento, e da orientação de políticas públicas.

Os 100 jovens selecionados para participarem deste projeto tiveram que atender a determinados critérios, dentre os quais o da receptividade para construir conhecimentos coletivamente, e colocá-los em prática, e o da disposição para se engajar crescentemente em atividades comunitárias e sindicais.

Jovens organizam e realizam atividade de multiplicação com outras famílias agricultoras – 2011

A assessoria técnica da FASE, além de dar a devida atenção ao acompanhamento técnico dos Núcleos Produtivos, sempre esteve atenta para atender demandas relacionadas ao processo de socialização de conhecimentos com outras famílias das comunidades onde residem e trabalham os jovens.

A meta era envolver outras 720 famílias, com demonstrações práticas dos procedimentos e métodos que passaram a ser aplicados na implantação e condução dos Núcleos Produtivos, e que apontavam para práticas agroecológicas, mais sustentáveis. Também se socializaram conhecimentos sobre políticas públicas e programas governamentais de interesse direto da agricultura familiar.

Assim sendo, os conhecimentos angariados pelos jovens nas Oficinas e Laboratórios, sobre métodos alternativos de controle de pragas e doenças, sem utilização de agrotóxicos, eventualmente foram disponibilizados para outras famílias agricultoras, durante visitas da assessoria técnica que se transformavam em eventos coletivos, previamente articulados pelos próprios jovens, com outras famílias da comunidade. O mesmo se dava com conhecimentos construídos ao longo do projeto, e que se referem a alternativas de comercialização, via acesso a mercados institucionalizados, como o PNAE e o PAA. Inovações e medidas preventivas relacionadas ao manejo sanitário e nutricional das criações

também foram trabalhados de forma a se estenderem para outras famílias. Sempre que possível esses eventos coletivos eram acompanhados pela assessoria técnica da FASE, mas existiram situações em que os próprios jovens conduziram as atividades

Jovens multiplicam conhecimento sobre práticas produtivas com famílias agricultoras de Valença – 2012

Este tipo de ação foi bem recebido pelas famílias que participaram, bem como, é positivamente avaliado pelos jovens que deram seus primeiros passos enquanto multiplicadores. Eles se sentiram encorajados a atuar com ainda maior seriedade, nos trabalhos de seus Núcleos Produtivos, pois várias famílias estão acompanhando o que acontece em suas propriedades. Para a FASE, este tipo de ação é fundamental, pois divulga o que é o programa e quais os seus objetivos e metodologia de trabalho; além de aumentar o número de pessoas nas comunidades e municípios que ficam cientes das ações desenvolvidas. Para as entidades sindicais e associativas parceiras da FASE, esta multiplicação aumenta

Jovens de Mutuípe socializam conhecimentos sobre práticas agroecológicas com outras famílias agricultoras da comunidade – 2012

o alcance e representatividade das organizações, espraiando experiências e recolhendo novas demandas que podem vir a ser pauta de futuras reivindicações e lutas coletivas.

O trabalho de multiplicação gerou mudanças na qualidade de várias associações comunitárias que foram revigoradas com a participação mais acentuada dos jovens, inclusive disputando eleições e compondo renovadas direções. Registrou-se uma maior participação de jovens em eleições sindicais que aconteceram nos anos de 2011 e 2012 em Mutuípe; Jiquiriçá; e Laje.

Grupo de jovens de Presidente Tancredo Neves multiplica conhecimentos com integrantes de associação comunitária – 2012

Lições aprendidas e erros a serem evitados

Esses dois anos de trabalho intenso na operacionalização do projeto trouxeram muitos ensinamentos para a FASE Bahia e seus parceiros.

Os espaços propiciados para exercício do controle social deste projeto, como o período prévio de discussões sobre quais deveriam ser os critérios para seleção de jovens e comunidades; seguido pela adoção de vários instrumentos de gestão participativa, aplicados ao longo da execução do projeto, cumpriram esta finalidade. A realização periódica das Reuniões de Gestão e Monitoramento; as visitas da Coordenação Geral aos Municípios e Comunidades; bem como, o Seminário de Avaliação feito em 2011, foram momentos para diálogo, críticas, elaboração de propostas de correção de rumo, apresentação de queixas, formulação de réplicas e explanações por parte de pessoas envolvidas.

Jovens em trabalho de campo durante Iº Laboratório Técnico – 2011

Seria impossível registrar todos estes momentos nesta Revista de Sistematização, portanto optou-se por uma síntese que foi lida e debatida quando da realização do Seminário de Avaliação de dezembro de 2012, quando esta Revista foi um dos materiais didáticos empregados na construção participativa da avaliação do projeto.

Aspectos importantes revelados pela experiência

- A Agricultura Familiar é um setor importante na economia dos 7 municípios, mas precisa ampliar sua capacidade de pressão política, para fazer valer esta sua importância, em termos de direcionamento de políticas públicas e de distribuição do orçamento público municipal.

- Avanços recentes na legislação e no conteúdo de políticas públicas, de importância para a qualidade de vida das famílias agricultoras, dependem da existência de organizações associativas e sindicais informadas e ativas, para serem efetivamente colocados em prática e trazerem mudanças na qualidade de vida das famílias agricultoras.

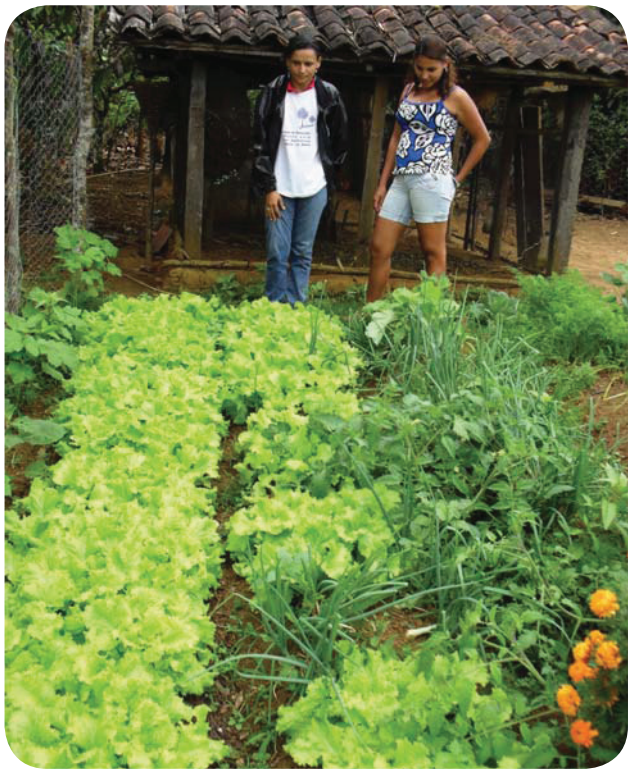
- A máquina administrativa responsável pela implementação de políticas públicas, programas governamentais e até mesmo dispositivos legais (p, ex.: legislação concernente à alimentação escolar), ainda é muito despreparada,

desinformada e incapaz de agir com a necessária agilidade, para que os bens e serviços previstos nos instrumentos reguladores, efetivamente alcancem quem mais deles precisa.

Divulgação do projeto na celebração dos 50 anos da FASE - Mutuípe – 2011

- Existe demanda para produtos da agricultura familiar, inclusive nas próprias comunidades rurais, e sedes dos municípios onde residem e trabalham os jovens que participaram deste projeto. Os circuitos locais de comercialização da produção agrícola familiar, precisam ser melhor conhecidos, e mais bem explorados pelos agricultores.

- É possível compatibilizar atividades agrícolas de plantio, criação e agroindustrialização, como outras atividades geradoras de renda, sem perder a característica de jovens agricultores familiares. Isto é mais presente nas comunidades situadas perto de sedes urbanas de municípios, ou onde circulam muitas pessoas, como por exemplo, margens de rodovias. Esta proximidade de mercados consumidores em potencial pode ajudar muito em termos de escoamento da produção dos jovens agricultores e de suas famílias.



Horta familiar trabalhada pela jovem, para auto consumo, e venda do excedente

- O acesso dos jovens agricultores a níveis crescentes de escolarização formal, embora seja positivo devido à facilidade de utilização da leitura e da escrita, nem sempre significa melhoria da qualidade de seu desempenho enquanto agricultores familiares. O currículo e as práticas das escolas públicas de 1º e de 2º grau poderiam ser melhor concebidos, e adaptados às necessidades específicas dos territórios, para qualificar o desem-

penho profissional e cidadão de jovens agricultores familiares.

- A insuficiência de terras, em termos de superfície, de área disponível para expansão do que já se tem, ou para iniciar novas atividades, é um gargalo importante na contextualização das causas dos problemas enfrentados pelos jovens agricultores familiares nestes 7 municípios. É praticamente impossível aos jovens agricultores reunir recursos financeiros suficientes para adquirir novas áreas de terra.

- Existem alternativas de produção ambientalmente sustentáveis, capazes de gerar volume suficiente para ampliar a renda dos jovens agricultores, mesmo em áreas de pouca dimensão. Entretanto, estas alternativas de produção exigem recursos para sua implantação; perseverança, planejamento criterioso, e disciplina na sua condução. Requerem ainda a incorporação de conhecimentos para sua aplicação correta. Além de paciência e disposição, os jovens agricultores e suas famílias precisam reunir condições para poder mudar suas práticas e comportamentos, esperando 2 a 4 anos para que os resultados possam aparecer e se consolidar.

- Políticas públicas e programas governamentais de apoio aos jovens agricultores familiares são essenciais para criar ambiente mais favorável à produção intensiva, e ambientalmente sustentável, em pequenas áreas, de gêneros alimentícios (vegetais e animais). As áreas mais carentes, em termos de apoio e de acesso a informações e orientações precisas e exequíveis, são as de comercialização (preenchimento dos requisitos de formalização jurídica para poder vender a produção em mercados institucionais; emissão de documentos fiscais e tributários; ampliação de oportunidades de acesso a diferentes mercados), e de agroindustrialização e beneficiamento (cumprimento de normas da vigilância sanitária, e da defesa animal; adequação das instalações para obtenção de alvarás e certificados; acesso a água de qualidade).

Assessoria técnica a Núcleo Produtivo de Avicultura

- A vida e a qualidade das organizações associativas comunitárias, bem como, das entidades sindicais, pode ser melhorada e oxigenada com a participação consciente dos jovens agricultores. Mas, as atuais direções têm de criar espaços e incentivos para que jovens ampliem sua participação nestes espaços.

- Temas ambientais como recuperação de áreas degradadas; não utilização de agrotóxicos; adequação ambiental das propriedades familiares; melhoria no manejo dos dejetos e resíduos da atividade agrícola ou

pecuária; são bem recebidos pelos jovens agricultores. Mas, sua colocação em prática, pelos jovens agricultores e por suas famílias, prescinde de apoios materiais e educativos continuados. É praticamente impossível fazer recuperação de áreas degradadas, ou adequação ambiental de minifúndios, sem participação direta do poder público (aportes financeiros não reembolsáveis; assessoria técnica; fornecimento de insumos).

- Existe muita receptividade para introdução, manutenção e ampliação de hortas domésticas, destinadas prioritáriamente à alimentação do jovem e de sua família. Não se registraram casos de rejeição à introdução de verduras e legumes na dieta das famílias que conduziram suas hortas.

Elaboração de Plano de Negócio por parte de jovem assessorada pela FASE

- Visitas ou atividades práticas em áreas onde os próprios jovens implantaram e conduziram seus Núcleos Produtivos tiveram significativo poder demonstrativo e didático para outros jovens e famílias agricultoras.

- Provocar maior protagonismo das organizações comunitárias, e entidades sindicais, para que liderem iniciativas de reivindicação pelo cumprimento de dispositivos legais vigentes, como PNAE (Chamadas Públicas pelas Prefeituras Municipais; aquisições por parte de escolas estaduais instaladas nos municípios); e o PAA (capacitação das Prefeituras para poder operar o programa).

- Aperfeiçoar métodos de quantificação de renda não monetária, auferida pelos jovens agricultores, devido à adoção de práticas que dispensam aquisição de insumos fora da propriedade, ou que permitiram enriquecimento da dieta familiar com produção feita na propriedade.

Assessoria técnica da FASE construindo conhecimentos sobre métodos alternativos de controle de pragas.

Erros a serem evitados

- Concentrar-se muito nos aspectos de melhoria da produção (volume, qualidade) sem dar a devida atenção às etapas de beneficiamento, comercialização, e formalização da condição de agricultor familiar.

- Não estimular suficientemente os próprios jovens agricultores a buscarem, incessantemente, alternativas de comercialização em suas próprias comunidades e municípios.

- Dependência de aquisição de insumos externos para a manutenção da atividade produtiva.

Assessoria técnica da FASE construindo conhecimentos sobre métodos alternativos de irrigação"

- Programar atividades de formação sem conteúdo prático.

- Esperar pela iniciativa do poder público na implementação de políticas públicas e programas governamentais.

Assessoria técnica para elaboração de Planos de Negócio

Jovem que conseguiu aumentar sua renda através dos conhecimentos construídos no processo formativo

Nome do Jovem:
Joilson Menezes da Cruz
Comunidade:
Calumbi I
Município:
Presidente Tancredo Neves

Estágios iniciais de preparo da área de Joílson para instalação do Núcleo Produtivo de Fruticultura

Este jovem e sua família têm, como uma de suas atividades principais, a produção de Banana da Terra, de maneira convencional, ou seja, com uso intensivo de adubos químicos, cultivo solteiro (monocultura), aplicação de agrotóxicos, e o escoramento das bananeiras com estacas de madeira provenientes de árvores nativas da Mata Atlântica.

Após a inclusão do jovem no Programa, viabilizou-se a presença regular da assessoria técnica da FASE na propriedade familiar, e a participação de Joílson nas atividades de formação como Oficinas Modulares, e Laboratório. Com isso, registrou-se a mudança progressiva de suas formas tradicionais de produção.

O uso de adubos químicos vem sendo paulatina e crescentemente deixado de lado, devido ao fato de Joílson hoje saber confeccionar composto orgânico. Enquanto não se consegue ter o volume necessário de composto orgânico produzido na propriedade, Joílson está adquirindo esterco de cabra para aplicar em seu bananal. Mesmo com a aquisição de adubo orgânico fora da propriedade, nos dois primeiros anos, os custos de produção de Joílson já estão menores quando comparados com a adubação química. Assim, a renda de Joilson também se eleva! E deve-se levar em conta a melhoria nas propriedades físicas e químicas do solo no bananal, devido à adição constante de matéria orgânica, efeito que tende a aumentar ao longo do tempo.

Em vez de persistir na monocultura (cultivo solteiro) da banana, seu pomar hoje é bem mais diversificado pela consorciação da banana da terra, com outras espécies como o mangustão, jabuticaba, manga, cajá, cacau, árvores nativas. Ou seja, tudo aponta para o estabele-

cimento de um SAF - Sistema Agroflorestal, onde antes imperava a monocultura dependente de insumos externos.

Outro fato relevante que decorre do percurso formativo trilhado por Joílson é a substituição do escoramento das bananeiras com madeira nativa, pelo o uso de fitas que, embora industrializadas, podem ser reutilizadas por três ciclos do cultivo.

O escoramento com madeira tinha um custo de R$ 2.000,00 para cada 1 hectare de banana, enquanto que o escoramento com fita fica por R$ 650,00 aproximadamente. E procedendo assim não se está destruindo espécies nativas e nem degradando a própria área com desmatamento e exposição dos solos à erosão.

Até o momento o jovem só está comercializando banana da terra, pois as demais espécies só geram renda a partir de três anos de plantadas.

Foi feito um Plano de Negócios, o que possibilitou ao jovem conhecer melhor o mercado consumidor de sua produção de frutas. Joílson também construiu conhecimentos sobre como calcular custos e sobras da sua atividade produtiva, como organizar o empreendimento, e planejar cada passo da atividade.

Joilson já iniciou a colheita de seu bananal e vem computando uma média de 100 cachos, o que equivale a aproximadamente 100 centos (como é comercializada a banana da terra na região de Presidente Tancredo Neves) O cento da banana varia muito de preço, mas fica em media a R$ 15,00.

A assessoria técnica da FASE vem orientando Joilson para que promova regularmente a incorporação dos restos de cultura no solo, de maneira a aumentar seu potencial resultante do maior teor de matéria orgânica. A produção local e subseqüente utilização de composto orgânico precisa melhorar, para evitar a dependência da aquisição anual de esterco de cabra. A partir dessa experiência o jovem resolveu ampliar a área de cultivo com recursos próprios e financiamento do PRONAF.

Núcleo Produtivo de Fruticultura implantado e gerando renda

Jovem que conseguiu aumentar sua renda cuidando do meio ambiente

Nome do Jovem:
Amilton dos Santos Pereira
Comunidade:
Paó
Município:
Presidente Tancredo Neves

Criação de suínos com acondicionamento e reaproveitamento de resíduos gera renda e não degrada meio ambiente

O Núcleo Produtivo do jovem Amilton é de Suinocultura e a assessoria técnica da FASE deu a devida atenção aos riscos ambientais inerente a este tipo de atividade. O tema dos cuidados com o meio ambiente foi trabalhado no processo formativo, e nas visitas de assessoria técnica, procurando-se construir conhecimentos de maneira coletiva e participativa, sobre como aumentar e melhorar a produção dos jovens agricultores familiares, sem agredir o meio ambiente e sem degradar recursos naturais.

O jovem suinocultor montou em seu Núcleo com um sistema de fossa séptica para poder fazer o manejo correto dos efluentes, tanto líquidos como sólidos. Anexo à pocilga construída com recursos canalizados pela FASE, foram feitas 3 fossas. Obedecendo a uma sequência previamente planejada, os dejetos passam pela primeira fossa onde acontece a decantação e inicio da fermentação. Quando cheia, permite a passagem de um determinado volume para a 2º fossa onde a fermentação continua ocorrendo e se completa. Depois, ocorre a transferência do líquido e de seus componentes dissolvidos e em suspensão para a 3ª fossa. Neste estágio, os processos de fermentação e de decantação já estão bem adiantados e o potencial nocivo dos efluentes foi praticamente eliminado, resguardando-se sua capacidade de fertilizar solos, sem riscos para a saúde humana.

Aspectos do Núcleo Produtivo de Suinocultura

Os resíduos líquidos passam por fermentação e são recolhidos da terceira fossa, para serem utilizados como fertilizante líquido nas plantações da família. Já a parte sólida dos dejetos é retirada ainda de dentro da pocilga, adicionada a restos vegetais existentes na área, e são processados de maneira a se obter composto orgânico que é aplicado nas plantações e pomares da família do jovem suinocultor.

Verifica-se portanto que os conhecimentos construídos ao longo do percurso formativo deste jovem permitiram a adoção de novas tecnologias de baixo custo que transformaram um problema em uma fonte adicional de renda. Os dejetos, transformados em adubo, reduzem custos de manutenção de várias culturas, diminuem o montante de recursos financeiros que a família teria de utilizar para adquirir adubos químicos, e ainda beneficiam o meio ambiente e a qualidade dos solos que têm seu teor de matéria orgânica incrementado.

Outra vantagem é a utilização de restos vegetais (palhas, cascas de frutos, galhos e ramos) na fabricação de quantidades maiores de composto orgânico, graças a existência do material rico em Nitrogênio proveniente dos efluentes sólidos da criação de suínos. Trata-se de um caso interessante de integração da agricultura com a criação de animais, tudo em pequena escala, utilizando pouco espaço mas muito trabalho e conhecimento do jovem e da sua família.

Instalações para coleta e tratamento de resíduos de Núcleo Produtivo de suinocultura. Presidente Tancredo Neves, 2012

Jovem que melhorou a SAN – Segurança Alimentar e Nutricional da família

Nome do Jovem:
Antônia Alves dos Santos
Comunidade:
Andaiá
Município:
Mutuípe

Assessoria técnica dialogando sobre produção de Biocalda

Assim como milhares de outras famílias agricultoras do Baixo Sul e do Vale do Jiquiriçá, a área de terra em que vivem e trabalham a jovem Antonia Alves dos Santos e sua família é bem reduzida.

Por isso, a assessoria técnica da FASE sempre procurou dialogar e construir conhecimentos de maneira coletiva, sobre quais as alternativas possíveis e viáveis para se aumentar o volume e a diversidade da produção dessas pessoas, sem degradar o meio ambiente, garantindo renda e melhor qualidade de vida.

Viabilizar o acesso destas pessoas a uma alimentação mais diversificada, saudável e livre de agrotóxicos, contribui para reduzir os gastos feitos em dinheiro fora da propriedade familiar, com a aquisição de gêneros alimentícios de procedência e qualidade duvidosa. A produção de alimentos para auto consumo pode elevar a renda monetária auferida pelas pessoas através da venda do excedente na própria comunidade ou nos mercados e feiras locais.

Além disso, a aplicação de métodos e alternativas de produção baseadas na agroecologia, permite a integração entre os diferentes tipos de atividade produtiva existentes na propriedade (lavouras, criações), aumenta a biodiversidade, maximiza o potencial dos recursos naturais existentes (água, terra), e favorece a reciclagem e reutilização de restos vegetais, dejetos animais, cinzas de fogão ou forno de casa de farinha.

Foi com estes critérios que a assessoria técnica da FASE estimulou e acompanhou a jovem Antônia Alves dos Santos, da Comu-

Técnica da FASE, Veronice Souza, dialogando com jovem agricultora sobre tratos culturais

nidade do Andaiá, município de Mutuípe, no planejamento, preparo, implantação e manejo de uma horta de 30 m . Apesar das dimensões aparentemente reduzidas, trata-se de uma área considerável em relação ao total disponível para esta família. Neste espaço, a jovem Antônia conseguiu grande biodiversidade, plantando e cultivando ervas medicinais e hortaliças como **egpqwtc."rlo gpvçq."eqwxg." tgrqnj q.dgvgttcdc.eqgpvtq="cnêo 'fg"vgo rg/ tqu"eqo q"rlo gpvc."cngetlo ."g"gtxc"fqeg**.

Os canteiros são trabalhados obedecendo-se ao princípio da rotação de culturas, plantios consorciados, e a adubação é feita com compostagem orgânica e biofertilizantes elaborados com ingredientes disponíveis na propriedade.

O controle de pragas quase não é necessario, e quando se faz, utiliza-se caldas produzidas pela jovem, de baixa ou nenhuma toxicidade, como a calda de pimenta, de fumo e álcool, ou calda sulfocálcica. Também se usaram como repelentes a água de manipueira, facilmente encontrada na região.

A jovem Antônio optou por um Núcleo Produtivo de fruticultura e já está com seu pomar entrando em produção. Além das mudas de árvores frutíferas e equipamentos para agroindustrialização das frutas e fabricação de polpas, a jovem recebeu sementes de tomate, alface, cenoura, pimentão, coentro; e tela para isolar a área de horta. No primeiro ano foi feita a compra de adubo orgânico (esterco de cabra), e depois a jovem colocou em prática conhecimentos construídos nos eventos de formação (Oficinas Modulares; Laboratório) e deu inicio à produção de compostagem. Este adubo orgânico produzido dentro da propriedade também é renda não monetária auferida, pois não se gasta mais na aquisição de fertilizantes químicos fora da propriedade. Outro aspecto interessante nesta experiência de sucesso é que a jovem agricultura já está fazendo banco de sementes com algumas das espécies cultivadas, a exemplo do coentro.

Aspectos da Horta Familiar conduzida com princípios agroecológicos

Jovens que conseguiram multiplicar conhecimentos para outras famílias agricultoras da comunidade

Nome do Jovem:
Cleudes Alves dos Santos,
Maria Lucia Pereira dos Santos
Comunidade:
Andaiá
Município:
Mutuípe-BA

Socialização de conhecimentos sobre elaboração de ração balanceada para aves com ingredientes encontrados nas propriedades familiares da região

As jovens conseguiram articular algumas famílias da comunidade, após terem participado dos eventos de formação que foram as Oficinas Modulares, e os Laboratórios. Motivadas pelos novos conhecimentos então construídos, essas duas jovens procuraram se organizar para transmitir o que aprenderam para outras famílias agricultoras do Andaiá. A multiplicação de conhecimentos foi feita em reuniões, convocadas pelas jovens na própria comunidade.

A primeira multiplicação ocorreu após a realização do Laboratório Técnico que se realizou em junho de 2011, quando se trabalharam os temas Nutrição de Plantas, Solos, Calendário Sazonal, e Gestão da propriedade. Agricultores e agricultores da comunidade puderam se inteirar desses temas que foram expostos por Cleudes, e Maria Lúcia, através de técnicas como a construção de um herbário; amostras de diferentes tipos de solos; e visualização de sistemas radiculares de plantas existentes na comunidade.

Outro evento de multiplicação realizado na comunidade ocorreu quando as jovens mobilizaram as famílias para conhecerem seus Núcleos Produtivos. Após uma exposição introdutória do assunto a ser trabalhado, as jovens faziam demonstrações práticas, nos seus Núcleos Produtivos. Esta era uma ferramenta importante para auxiliar na demonstração da aplicação dos novos conhecimentos, em um contexto bastante semelhante ao vivenciado pelas demais famílias agricultoras da comunidade. Procedendo assim, também se abria espaço para debate entre os próprios agricultores sobre suas experiências e métodos de plantio, criação e gestão dos recursos naturais existentes em cada propriedade. Em algumas situações, a assessoria técnica da FASE pôde acompanhar de perto esses trabalhos de multiplicação.

A jovem Cleudes apresentou seu aviário, onde trabalhou seu primeiro lote para cor-

Produção de compostagem

te. Trata-se da criação de galinhas caipiras. A jovem explicou o funcionamento do Núcleo, como estava fazendo o manejo nutricional e sanitário das aves. Explicou a fabricação e formulação de ração balanceada, com aproveitamento de folhas e cascas de mandioca provenientes da sua propriedade. Enfatizou a busca por alternativas de produção que diminuíssem ao máximo a aquisição de insumos externos, pois este é o caminho para se conseguir sustentabilidade na atividade de criação de galinhas.

A jovem Maria Lucia, por sua vez, aproveitou a presença das famílias para apresentar os seus conhecimentos na área de produção de compostos orgânicos que são utilizados na fertilização da sua área de fruticultura. Maria Lúcia utilizou esterco de aves e de bovinos, pseudo caule de bananeiras, cinza da casa de farinha, além de adicionar calcário, casca de ovos e restos de frutas e verduras existentes na sua propriedade familiar, como ingredientes do composto orgânico aplicado posteriormente na adubação de seu pomar. As famílias que participaram puderam observar e debater essas formas de reciclagem e reutilização de materiais que são importantes para manter e até mesmo melhorar a fertilidade dos solos e a condição sanitária das árvores frutíferas.

Maria Lúcia e Cleudes também estimularam outras famílias agricultoras a organizarem uma associação comunitária no Andaiá (Mutuípe) para melhor poder analisar os problemas e optar pelo encaminhamento coletivo de reivindicações de interesse da maioria das famílias da comunidade.

Utilização de recursos locais na alimentação de aves

Jovens que se agruparam para maximizar investimentos e gerar ganhos de produtividade

Nome do Jovem:
Joélia Alves dos Santos Andrade,
Rosiane de Jesus Santos,
Eliane de Jesus Santos,
Marli Alves dos Santos,
Neilza Pereira de Jesus
Comunidade:
Rio do Braço
Município:
Mutuípe-BA

Jovens que decidiram trabalhar coletivamente

As jovens da comunidade do Rio do Braço, puderam adequar um antigo prédio escolar, cedido pela Prefeitura Municipal que já vinha sendo utilizado para a realização de reuniões da Associação de Moradores, e de forma precária também era utilizado para beneficiar frutas da comunidade.

A adequação do imóvel, feita com parte dos recursos destinados aos investimentos nos Núcleos Produtivos dessas jovens, incluiu melhorias nas instalações elétrica, hidráulica e sanitária, bem como, no piso que passou a ser

de cerâmica. Foram feitas a colocação de revestimento nas paredes de algumas áreas, pintura geral, assentamento de novas portas e janelas, instalação de forro e de bancadas com pedras apropriadas para manuseio das frutas e demais ingredientes trabalhados.

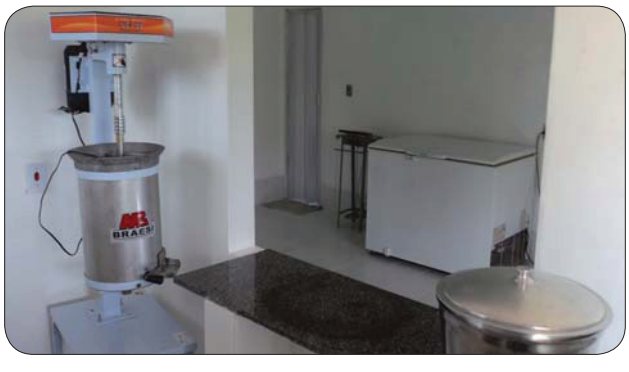
Situação do imóvel antes das adequações feitas com assessoria técnica da FASE

As jovens optaram por trabalhar de forma coletiva, reunindo os valores individuais destinados a aquisição de equipamentos, de maneira e evitar ociosidade e viabilizar o máximo possível de recurso para aplicação nos pomares. Para orientar a adequação das instalações, a FASE procurou a Vigilância Sanitária Municipal (VISA), estabelecendo-se uma parceria, com visitas constantes ao espaço durante as obras, oferecendo as devidas recomendações técnicas necessárias à correta condução dos trabalhos de reforma e adequação do prédio. Foi possível, além de adequar o espaço para a fabricação de polpa de frutas, também destinar uma outra área para confecção de temperos embalados, sequilhos (biscoitos que utilizam derivados da mandioca como ingrediente), farinha de banana, e tapioca (fécula extraída da mandioca). No final da obra a VISA realizou uma inspeção no imóvel e após solicitação oficial, forneceu o Alvará sanitário de funcionamento para a Associação de Moradores da Região do Rio do Braço.

Para manter o funcionamento do empreendimento, as jovens estabeleceram parceria com agricultores da comunidade, e que fazem parte da Associação, mediante o qual recebem frutas in natura que são agroindustrializadas com a produção de polpa que depois é armazenada, congelada, pelas jovens. Quase a toda produção é comercializada através do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Além da polpa, temperos, e derivados de mandioca beneficiados na agroindústria, essas jovens e a Associação também comercializam outros produtos in natura através do PNAE, como banana, abóbora, mandioca, milho etc.

Nadilton Andrade nas instalações reformadas, com polpa de fruta elaborada pelo grupo de jovens do Rio do Braço, Mutuípe, em 2012

A assessoria técnica da FASE procurou alternativas e encaminhou jovens para cursos de capacitação sobre fabricação de doces e polpa de frutas; orientou e acompanhou a implantação dos Núcleos Produtivos; e interviu no processo de comercialização junto à esfera municipal para realização da venda direta através do PNAE. A assessoria técnica da FASE acompanhou o processo de elaboração e utilização de rótulo e marca que caracteriza esses produtos como sendo provenientes da agricultura familiar, e livre de agrotóxicos.



Aspecto das instalações reformadas, e de equipamentos adquiridos coletivamente pelos jovens participantes do grupo

Para nortear os trabalhos do grupo de jovens, a FASE assessorou a construção coletiva de um Plano de Negócios, com o objetivo de identificar as potencialidades da produção, as melhores opções de comercialização, e qual a logística mais adequada.,Este Plano de Negócio também procurava identificar possíveis gargalos e obstáculos, de maneira a poder prevenir situações que pudessem prejudicar a produção.

Jovens se unem para viabilizar beneficiamento de suas frutas

Nome do Jovem:
Mirian Santos Gomes
Moacir Santos
Comunidade:
Borges
Município:
Laje

Jovens se unem para viabilizar beneficiamento de suas frutas

Na comunidade de Borges, município de Laje, dois jovens decidiram somar forças e conduziram seus respectivos Núcleos Produtivos de maneira parcialmente coletiva. Suas árvores frutíferas foram plantadas nas áreas de cada um, mas os equipamentos de beneficiamento, fabricação da polpa de frutas, resfriamento, congelamento e armazenamento foram concebidos e instalados de forma coletiva.

As áreas de plantio das árvores frutíferas vinham sendo utilizadas como pastagens e eram relativamente planas. Têm dimensões de cerca de 1 hectare cada uma.

A orientação técnica da FASE, foi no sentido da formação de SAFs - Sistemas Agroflorestais. Os pomares são diversificados com goiaba, graviola, cupuaçu, manga, abacaxi, acerola, e cajá,. Colocaram-se também 4 diferentes espécies de essenciais florestais nativas (cedro, pau brasil, jacarandá, ipê rosa). Nas áreas onde esses dois jovens já tinham cacau plantado, fez-se a adição de cupuaçu, e em alguns espaços de banana da terra e banana pacovan.

O trabalho dos jovens vem resultando em razoável recuperação de áreas que se encontravam degradadas, ao mesmo tempo em que permite geração de renda, pois várias das espécies frutíferas introduzidas já estão permitindo colheitas que vem sendo transformadas em polpas de frutas.

A jovem Mirian, por exemplo, tem aproveitados praticamente todas as frutas existentes na propriedade familiar. A produção de frutas da família que antes não eram processadas por falta de maquinários adequados, hoje é aproveitada. Com a entrada em produção das mudas inseridas nos SAFs, permitiu que a renda da jovem passasse dos R$50,00 mensais no início de 2011, para os R$ 300,00 apurados no segundo semestre de 2012.

Tanto Mirian como Moacir perceberam que era importante reinvestir grande parte de sua renda na manutenção e ampliação de sua capacidade produtiva. Assim fizeram, e com recursos gerados na venda das polpas de frutas que começavam a produzir, acresci-

Técnica Veronice Souza assessora processo de armazenamento e conservação de polpas de frutas frigorificadas

dos das parcelas restantes dos investimentos oriundos do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania terminaram a construção de um espaço adequado para o processamento correto da produção que é uma autêntica mini indústria de polpas de frutas. Hoje estão produzindo polpas de 100 g a 1 Kg que é comercializada na própria comunidade e em vários locais de Laje e região.

Os dois jovens obtiveram alvará da Vigilância Sanitária - VISA que esteve na comunidade para coletar amostras da água utilizada no processamento das frutas, para posterior exame. A água foi considerada como de boa qualidade e a VISA orientou a construção das instalações em alvenaria.

Aspecto interessante na trajetória desses dois jovens foi sua iniciativa, devidamente acompanhada pela assessoria técnica da FASE, de buscar outras políticas públicas importantes para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Por exemplo, acessaram o PRONAF na modalidade Agro Amigo, no valor de R$ 1.000,00, para fazerem novos investimentos, com plantio de maracujá consorciado com laranja, amendoim, feijão. Este financiamento tem prazo de pagamento em um ano e meio (18 meses).

A assessoria técnica da FASE acompanhou o aprendizado e elaboração do Plano de Negócios desses dois jovens. Assim, eles tem condições de analisar seus custos de produção estabelecendo critérios objetivos para a definição dos preços a serem praticados na comercialização. Em setembro de 2012, esses dois jovens estavam comercializando a polpa de 100 gramas entre R$ 0,60 a 0.80 e a polpa de 1 kg por R$ 4,00, quantias que lhes permitiam pagar suas despesas, e obter retorno para reinvestimento na atividade, alcançando-se portanto, o objetivo da geração de renda para jovens agricultores familiares.

Coordenação Técnica Geral visita Núcleo Produtivo de fruticultura que já está gerando renda

RELAÇÃO DOS NÚCLEOS PRODUTIVOS IMPLANTADOS

Projeto Territorial de Geração de Ocupação e Renda para Jovens Agricultores Familiares na Bahia

Nº	BENEFICIÁRIO (A)	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	FINALIDADE	SITUAÇÃO
1	José Domingos dos Santos Junior	Laje	Fazenda Pindoba	Fruticultura	Implantado
2	Leandro Santos de Jesus	Laje	Sitio Aparecida	Fruticultura	Implantado
3	Balbino de Jesus Santos	Laje	Sitio Pindoba	Fruticultura	Implantado
4	Daniel Santos Morais	Laje	Fazenda Mucambo	Fruticultura	Implantado
5	Jeane de Jesus G. de Oliveira	Laje	Fazenda Rio da Dona	Fruticultura	Implantado
6	Orlando Santos Sampaio	Laje	Fazenda Rio da Dona	Fruticultura	Implantado
7	Aline Santana Marques	Laje	Fazenda Riachão	Fruticultura/Avicultura	Implantado
8	Josimário Marques dos Santos	Laje	Fazenda Riachão	Fruticultura/Avicultura	Implantado
9	Luis Carlos Nunes da Silva	Laje	Deus dará	Fruticultura	Implantado
10	Vanusa Santana de Jesus	Laje	Sitio Deus Dará	Avicultura	Implantado
11	Elineide de Jesus Santos	Laje	Sitio riachão	Fruticultura/Avicultura	Implantado
12	Mirian Santos Gomes	Laje	Faz. Bom Jesus da Lapa	Fruticultura	Implantado
13	Moacir Santos Gomes	Laje	Faz. Bom Jesus da Lapa	Fruticultura	Implantado
14	Nayara Matos	Laje	Fazenda Borge	Fruticultura/Avicultura	Implantado
15	Jocelene Maria de Souza	Laje	Sitio Esperança	Avicultura	Implantado
16	Cosmira Maria de Jesus	Laje	Sitio Macaco	Suinocultura	Implantado
17	Fernando Andrade dos Santos	Laje	Fazenda Papagaio	Fruticultura	Implantado
18	Maria da C. de Jesus Santos	Laje	Sitio Torres	Fruticultura	Implantado
19	Elenison Oliveira	Laje	Comunidade Tourinho	Suinocultura	Implantado
20	Rosenildo dos Santos	São Miguel das Matas	Sitio Coqueirinho	Avicultura	Implantado
21	Reinaldo Nunes Santos	São Miguel das Matas	Sitio Coqueiro	Avicultura	Implantado
22	Tamália de Jesus Santos	São Miguel das Matas	Sitio Santo Antonio	Avicultura	Implantado
23	Alexsandro de Jesus Santos	São Miguel das Matas	Sitio Santa Barbara	Avicultura	Implantado
24	Adriana Amorim	São Miguel das Matas	Sitio Só Se Vendo	Fruticultura	Implantado
25	Elisiane Sampaio Nascimento	São Miguel das Matas	Fazenda São Roque	Fruticultura	Implantado
26	Cristiane da Paixão dos Santos	São Miguel das Matas	Faz. Bom Jesus da Lapa	Avicultura/Fruticultura	Implantado
27	Sirlene Souza Santos	São Miguel das Matas	Fazenda Bom Jesus	Fruticultura	Implantado
28	Mariane de Jesus Santos	São Miguel das Matas	São Roque	Ovinocultura	Implantado
29	Jucelino Santos Nascimento	Mutuipe	Sitio Bom Jesus	Fruticultura	Implantado
30	Antonia Alves dos Santos	Mutuipe	Faz. Senhor do Bom Fim	Fruticultura	Implantado
31	Sandra Amorim da Silva	Mutuipe	Fazenda Andaiá	Avicultura	Implantado

32	Fernanda Pereira Marques	Mutuipe	Fazenda Andaiá	Fruticultura	Implantado
33	Matrisia da Silva Marques	Mutuipe	Fazenda Andaiá	Fruticultura	Implantado
34	Josilene Jesus dos Santos	Mutuipe	Fazenda Bom fim	Fruticultura	Implantado
35	Josivaldo Jesus Santos	Mutuipe	Fazenda Boa esperança	Fruticultura	Implantado
36	Patrícia dos Santos de Jesus	Mutuipe	Sitio Bom Jesus	Avicultura	Implantado
37	Aline Santos de Souza	Presidente T. Neves	Calumbi I	Fruticultura	Implantado
38	Joílson Menezes da Cruz	Presidente T. Neves	Calumbi I	Fruticultura	Implantado
39	Juciara Rocha dos Santos	Presidente T. Neves	Calumbi I	Suinocultura	Implantado
40	Verônica Barbosa de Jesus	Presidente T. Neves	Calumbi I	Suinocultura	Implantado
41	Nilmar Nunes dos Santos	Presidente T. Neves	Calumbi I	Suinocultura\Piscicultura	Implantado
42	Elisangela Jesus dos Santos	Presidente T. Neves	Calumbi I	Fruticultura	Implantado
43	Margarida Cruz dos Santos	Presidente T. Neves	Calumbi I	Fruticultura	Implantado
44	Ronaldo de Jesus Santana	Presidente T. Neves	Tabuleiro Corte Pedra	Suinocultura	Implantado
45	Antonio C. Hungria dos Santos	Presidente T. Neves	Tabuleiro Corte Pedra	Meliponicultura	Implantado
46	Cosme Santana Souza	Presidente T. Neves	Tabuleiro Corte Pedra	Avicultura	Implantado
47	Maria Francisca Machado Pereira	Presidente T. Neves	Riachão do Meio	Suinocultura	Implantado
48	Fernando Santana Oliveira	Presidente T. Neves	Riachão do Meio	Avicultura	Implantado
49	Cremilda Souza Santos	Presidente T. Neves	Riachão do Meio	Avicultura	Implantado
50	Antonia Kátia dos S. dos Santos	Presidente T. Neves	Paó	Avicultura	Implantado
51	Antonio de Jesus Santos	Presidente T. Neves	Paó	Suinocultura	Implantado
52	Amilton dos Santos Pereira	Presidente T. Neves	Paó	Suinocultura	Implantado
53	Rosicleia Canagira dos Santos	Presidente T. Neves	Piau I	Avicultura	Implantado
54	Mª de Fátima Sampaio Machado	Presidente T. Neves	Piau I	Meliponicultura	Implantado
55	Izidio Pereira dos Santos	Presidente T. Neves	Piau I	Suinocultura	Implantado
56	Zenilda de Oliveira de Jesus	Presidente T. Neves	Coruja I	Fruticultura	Implantado
57	Eliana Oliveira de Souza	Presidente T. Neves	Coruja I	Fruticultura	Implantado
58	Roque Oliveira de Souza	Presidente T. Neves	Coruja I	Avicultura	Implantado
59	Zezilda Santos de Jesus	Presidente T. Neves	Coruja I	Fruticultura\Piscicultura	Implantado
60	Tais Pereira dos Santos	Valença	Gervásio	Avicultura	Implantado
61	Adriano de Jesus Santos	Valença	Gervásio	Avicultura	Implantado
62	Sidmar de Jesus	Valença	Gervásio	Avicultura	Implantado
63	Danilo Santos de Andrade	Valença	Gervásio	Avicultura	Implantado
64	Ediana Oliveira dos Santos Morais	Valença	Gervásio	Avicultura	Implantado
65	Adiane de Sousa Barreto	Mutuípe-Ba	Fazenda Pindoba	Fruticultura\Avicultura	Implantado
66	Carlos Antonio dos Santos Santana	Mutuípe-Ba	Fazenda Cariri, Pindoba	Fruticultura	Implantado
67	Aline Andrade de Souza	Mutuípe-Ba	Faz. Capelinha de S. José	Avicultura	Implantado
68	Sidney Barreto Santos	Mutuípe-Ba	Fazenda Capim	Avicultura	Implantado

69	Cristiane Alves dos Santos	Mutuípe-Ba	Fazenda Capim	Fruticultura\Avicultura	Implantado
70	Madson de Sousa Santos	Mutuípe-Ba	Faz. Capelinha de S. José	Avicultura	Implantado
71	Joélia Alves dos Santos Andrade	Mutuípe-Ba	Faz. Rio do Braço	Fruticultura	Implantado
72	Rosiane de Jesus Santos	Mutuípe-Ba	Faz. Rio do Braço	Fruticultura	Implantado
73	Eliene de Jesus Santos	Mutuípe-Ba	Faz. Rio do Braço	Fruticultura	Implantado
74	Marli Alves dos Santos	Mutuípe-Ba	Faz. Rio do Braço	Fruticultura	Implantado
75	Nilza Pereira de Jesus	Mutuípe-Ba	Faz. Rio do Braço	Fruticultura	Implantado
76	Janaildes Lopes Marques	Mutuípe-Ba	Faz. Pizinganga	Avicultura	Implantado
77	Josciele de Jesus Oliveira	Mutuípe-Ba	Faz. Pizinganga	Fruticultura	Implantado
78	Leidiane de Sousa Oliveira	Mutuípe-Ba	Faz. Água Branca	Avicultura	Implantado
79	Girlane Sousa dos Santos	Mutuípe-Ba	Faz. Água Branca	Suinocultura	Implantado
80	Rosangela Rodrigues Araujo	Mutuípe-Ba	Faz. Água Branca	Suinocultura	Implantado
81	Maria das Graças de Jesus Santos	Mutuípe-Ba	Faz. Água Branca	Suinocultura	Implantado
82	Rosenilda Silva de Andrade	Mutuípe-Ba	Faz. Água Branca	Fruticultura	Implantado
83	Celudes Alves dos Santos	Mutuípe-Ba	Faz. Bom Jesus, Andaiá	Avicultura	Implantado
84	Maria Lucia Pereira dos Santos	Mutuípe-Ba	Faz. Bom Jesus, Andaiá	Fruticultura	Implantado
85	Ailton Esmeraldo Silva dos Santos	Jiquiriça-Ba	Faz. Bom Jesus	Fruticultura	Implantado
86	Uilian de Sousa Silva	Jiquiriça-Ba	Faz. Bom Jesus	Fruticultura	Implantado
87	Ivan Alves Silva	Jiquiriça-Ba	Faz. Bom Jesus	Avicultura	Implantado
88	Ivan Silva Cruz	Jiquiriça-Ba	Faz. Bom Jesus	Avicultura	Implantado
89	George Santos de Jesus	Jiquiriça-Ba	Faz. Bom Jesus	Fruticultura	Implantado
90	Jonas de Jesus Santos	Jiquiriça-Ba	Faz. Riacho Novo	Fruticultura	Implantado
91	Rosangela Coelho dos S. Pereira	Jiquiriça-Ba	Faz. Riacho Novo	Horticultura	Implantado
92	Jucelia Silva de Jesus	Jiquiriça-Ba	Faz. Riacho Novo	Avicultura	Implantado
93	Edne Galvão da Conceição Pereira	Jiquiriça-Ba	Faz. Riacho Novo	Fruticultura	Implantado
94	Jaqueline Souza Santos	Jiquiriça-Ba	Faz. Riacho Novo	Fruticultura	Implantado
95	Marcia Morais Pereira	Ubaíra-Ba	Faz. Estopa	Sorveteria	Implantado
96	Edvan dos Anjos Santos	Ubaíra-Ba	Faz. Estopa	Sorveteria	Implantado
97	Sueli Valis dos Santos	Ubaíra-Ba	Faz. Palmeira	Horticultura	Implantado
98	Evanilda de Souza Costa	Ubaíra-Ba	Faz. Palmeira	Fruticultura	Implantado
99	Maria de Fátima do Vale Santos	Ubaíra-Ba	Faz. Palmeira	Avicultura	Implantado
100	Jailson Ribeiro Valis	Ubaíra-Ba	Faz. Palmeira	Fruticultura\Avicultura	Implantado

Realizador:

Patrocínio:

PROGRAMA PETROBRAS DESENVOLVIMENTO & CIDADANIA

PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Realizador:

FASE Bahia

Patrocínio:

PROGRAMA PETROBRAS DESENVOLVIMENTO & CIDADANIA

BR PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA